



# Notas explicativas

2016



# Sumário

## NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS

1. Contexto Operacional	05
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis	07
3. Principais Práticas Contábeis	09
4. Partes Relacionadas	11
5. Cobertura de Seguros	13
6. Eventos Subsequentes	13
7. Transferência de Gerenciamento	13
8. Consolidação das Demonstrações Contábeis	14
9. Saldos de Contas Com Denominação “Outros”	15

## NOTAS EXPLICATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

I. PBS-A	16
II. PBS-Telebras	28
III. PBS-CPqD	38
IV. PBS-Sistel	48
V. CPqD Prev	56
VI. TelebrasPrev	66
VII. InovaPrev	76
VIII. Plano de Assistência Médica aos Aposentados	86
IX. Plano de Gestão Administrativa	94

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas e por Plano de Benefício

**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)*



## **CONTEXTO OPERACIONAL**

A Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel", "Fundação" ou "Entidade") é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos. Criada em 9 de novembro de 1977, tem por objetivo instituir e operar planos privados de concessão de rendas ou de pecúlios, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus grupos familiares ou àqueles que a estes se assemelhem, vinculados às patrocinadoras da Fundação, mediante contribuições de seus participantes, das respectivas patrocinadoras ou de ambos, na forma que dispuserem os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. É regida pela Lei Complementar nº 109/2001, bem como pelas suas alterações e demais regulamentações posteriores. Por decorrência, obedecem às normas e instruções emanadas das disposições da Secretaria de Previdência, do Ministério da Fazenda, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Conforme alterações estatutárias, aprovadas pela Portaria nº 675/2000, da então Secretaria da Previdência Complementar (SPC), cada patrocinadora ou grupo de patrocinadoras, independente de vinculação societária ou de outro vínculo de coligação, controle ou associação entre si, poderá ter planos de benefícios comuns ou específicos, com custeio próprio, para determinado grupo de empregados ou a quem deles se assemelhem, nos termos da legislação vigente, conferindo à Fundação, não só a característica de Entidade multipatrocinada, como também de administradora de planos múltiplos.

A Fundação, na condição de Entidade multipatrocinada e administradora de planos múltiplos, é responsável pela administração de planos de benefícios previdenciais nas modalidades de Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável, em conformidade com a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, nº 16, de 22 de novembro de 2005. Entende-se por plano de benefício de caráter previdencial na modalidade de Benefício Definido aqueles cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma que se assegure sua concessão e manutenção; de Contribuição Definida aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos; e Contribuição Variável aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

A Entidade administra também um Plano de caráter Assistencial, que contrata junto a operadoras no mercado um plano de saúde, o qual observa as regras do regulamento denominado de Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA). O objetivo é a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, vinculados apenas aos planos de benefícios previdenciais do tipo benefício definido.

A escrituração contábil da Entidade é feita de forma a segregar os bens, os direitos e as obrigações de cada plano de benefício. Conforme previsto na Resolução CNPC nº 8, de 16 de dezembro de 2011, a Entidade utiliza o Plano de Gestão Administrativa (PGA) para registro de todas as operações de gestão administrativa dos seus planos de benefícios.

A Entidade administra um plano assistencial e mais sete planos de benefícios previdenciais, sendo quatro planos enquadrados como de Benefício Definido, identificados pela sigla "PBS"; um plano enquadrado como de Contribuição Definida, identificado pelo sufixo "PREV" e dois planos enquadrados como Contribuição Variável, também identificados pelo sufixo "PREV".

O quadro abaixo demonstra a relação de patrocinadores por plano de benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	PATROCINADORES
PBS Assistidos - BD	1991001029	Telemar Norte Leste S.A.
		Oi S.A.
		Oi Móvel S.A.
		Telefônica Brasil S.A.
		Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
		Fundação CPqD
		TIM Participações S.A.
		TIM Celular S.A.
		Fundação Sistel de Seguridade Social
PBS Telebras - BD	2000001947	Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
PBS CPqD - BD	20000000819	Fundação CPqD
PBS Sistel - BD	20000000983	Fundação Sistel de Seguridade Social
CPqDPrev - CV	2000004318	Fundação CPqD
		PADTEC S.A. Prod. Alto Desafio Tec. Camp.
		Instituto Atlântico
		STIC! Tecnologia de Informação e Comunicação
		JÁ! Indústria e Comércio de Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Ltda
TelebrasPrev - CV	2002003947	Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
InovaPrev - CD	2013001592	Fundação CPqD
		Instituto Atlântico
		STIC! Tecnologia de Informação e Comunicação
		JÁ! Indústria e Comércio de Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Ltda
		PADTEC S.A. Prod. Alto Desafio Tec. Camp

O quadro abaixo demonstra a população total da Entidade, sendo segregada por plano de benefícios administrados:

PLANO DE BENEFÍCIOS	PARTICIPANTES			IDADE MÉDIA		
	ATIVOS	ASSISTIDOS	PENSIONISTAS	ATIVOS	ASSISTIDOS	PENSIONISTAS
PBS Assistidos - BD	-	17.468	5.381	-	70	68
PBS Telebras - BD	19	92	7	59	67	61
PBS CPqD - BD	6	23	-	53	66	-
PBS Sistel - BD	0	6	1	0	66	71
CPqD Prev - CV	514	247	14	44	63	59
Telebras Prev - CV	268	126	8	49	64	63
InovaPrev - CD	899	24	1	38	60	64

## BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as normas contábeis específicas do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Fazenda.

A Contabilidade é elaborada de acordo com o plano de contas e demonstrações contábeis especiais descritos na Resolução CNPC nº 8/2011, alterada pelas Resoluções CNPC nº 12/2013 e CNPC nº 16/2014, complementada pela Instrução nº 34//2009, alterada pela Instrução MPS/Previc nº 5, 6, 15, 21 e 25, de 08/09/2011, de 13/11/2013, de 12/11/2014, de 23/03/2015 e de 17/12/2015. São observados, ainda, os Princípios de Contabilidade (PC), conforme Resolução CFC nº 750/1993, alterada pela Resolução CFC nº 1.282/2010, além dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis a este segmento econômico. A escrituração contábil atende à Resolução CGPC nº 29 - critérios e limites para custeio das despesas administrativas, além da Resolução CFC nº 1.272 e suas posteriores alterações com as Resoluções nº 1.328 e 1.329 que estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como conteúdo mínimo das notas explicativas.

Na estrutura contábil vigente, os segmentos operacionais necessários à administração das Entidades fechadas de previdência complementar são denominados de: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos. Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações contábeis dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e suas funções são as seguintes:

**Gestão Previdencial:** Congrega todas as atividades previdenciais da Entidade, como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgates e portabilidade.

**Gestão Administrativa:** Funciona como uma Entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuários os planos de benefícios administrados pela Fundação. É responsável pela administração plena da Entidade, coordenando todo seu funcionamento.

**Investimentos:** Destinado ao gerenciamento das aplicações financeiras dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade e do PGA.

Os planos de benefícios e o Plano de Gestão Administrativa (PGA) registram suas mutações patrimoniais e de resultado utilizando-se dos seguintes segmentos operacionais:

- Planos de Benefícios Previdenciais - Gestão Previdencial e Investimentos;
- Plano de Gestão Administrativa - Gestão Administrativa e Investimentos.

Nas demonstrações consolidadas, são apresentados os elementos patrimoniais e de resultado de todos os segmentos operacionais.

São apresentadas as seguintes demonstrações contábeis:

**Balanço patrimonial:** é elaborado de forma consolidado, demonstrando o saldo das contas do ativo, passivo e patrimônio social dos planos.

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS:** é uma demonstração consolidada e apresenta as movimentações ocorridas que causaram modificações no patrimônio social dos planos de benefícios.

**Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA:** apresentado de forma consolidada, evidencia o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações ocorridas no fundo durante o exercício.

**Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios -DAL:** apresentado por plano de benefícios, evidencia a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações com os assistidos.

**Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL:** apresentada por plano de benefícios, destina-se a evidenciar as mutações ocorridas no ativo líquido dos planos no final do exercício.

**Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA Por Plano de Benefícios:** apresentada por plano de benefícios destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no fundo administrativo correspondentes a um plano de benefícios especificamente, fundo esse cuja finalidade é a Gestão Administrativa de um plano de benefícios específico da Entidade.

**Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios - DPT:** apresentada por plano de benefícios, evidencia a composição das provisões técnicas dos planos.

Por não haver contas específicas previstas na planificação contábil estabelecida pela Resolução CNPC nº 8/2011, para registro contábil do plano de caráter assistencial administrado pela Sistel, denominado de PAMA, a Entidade registra as suas operações e elementos patrimoniais nos segmentos Gestão Previdencial e Investimentos, resultando em demonstrações contábeis para o referido PAMA semelhantes aos planos de benefícios Previdenciais, uma vez que utiliza os mesmos grupos de contas. Esse procedimento está em conformidade com a orientação da, então, Secretaria da Previdência Complementar, disposto no Ofício nº 3.869/2009/SPC/DEMOC/CGAC, de 9 de dezembro de 2009.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Sistel em 23 de fevereiro de 2017.

# PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a avaliação da carteira de investimentos, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, ativos e passivos relacionados a participantes, assistidos e empregados e os cálculos atuariais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá eventualmente resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando a um acompanhamento permanente dessas estimativas, a Fundação revisa, conforme o caso, as metodologias e as premissas inerentes pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis da Fundação Sistel de Seguridade são elaboradas respeitando a autonomia patrimonial de cada um dos planos de benefícios, de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), bem como o plano de gestão administrativa.

## 3.1. Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas, também denominadas de provisões técnicas, são determinados pela Resolução nº 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e respectivas resoluções. A Instrução Normativa MPS/PREVIC nº 02/2010, estabelece a forma de elaboração e divulgação do Demonstrativo de Investimentos, que apresenta a composição analítica dos ativos das carteiras próprias e dos fundos de investimentos, dos quais a EFPC seja direta ou indiretamente cotista.

## 3.2. Ativo Permanente

Os bens registrados no ativo permanente estão registrados pelo seu valor de custo e reduzidos por suas depreciações ou provisões, de acordo com pronunciamento técnico do CPC nº 27, com exceção do imóvel de uso que é avaliado a mercado em cumprimento ao item nº 21 do anexo "C" da Resolução CNPC nº 08/2011.

A Entidade possui um imóvel de uso registrado no seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo 19,68% como Ativo Permanente e 80,32% como investimento.

## 3.3. Patrimônio Social

### 3.3.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

#### 3.3.1.1. Provisões Matemáticas

Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros líquidos das contribuições futuras dos planos de benefícios.

O regime financeiro para financiamento dos planos de benefícios nas modalidades de Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável é o de Capitalização.

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109/2001, foram realizadas avaliações atuariais para todos os planos de Benefícios Previdenciais, por pessoa jurídica legalmente habilitada sendo formada por:

- **Benefícios concedidos** - compromissos esperados já assumidos pelo plano em favor de seus assistidos;
- **Benefícios a conceder** - compromissos esperados com seus participantes, em fase laborativa, que ainda não entraram em gozo de benefício; e
- **Provisões Matemáticas a Constituir** - redutor no saldo das provisões matemáticas, corresponde ao compromisso assumido em favor de plano de benefícios, relativo aos serviços passados ou equacionamentos de déficits ou por ajuste de contribuições extraordinárias, os quais não foram integralizados financeiramente no plano de benefícios até final de cada exercício.

#### *3.3.1.2. Equilíbrio Técnico*

Registra o excedente ou a necessidade patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios.

#### *3.3.1.3. Superávit Técnico Acumulado*

Formado pela Reserva de Contingência e Reserva Especial para Revisão de Plano, ocorre quando o Patrimônio de Cobertura do Plano é maior que as Provisões Matemáticas, sendo o excesso de suficiência financeira registrado como Superávit Acumulado. Entende-se por Patrimônio de Cobertura do Plano a diferença entre seu Ativo Total e o somatório do Exigível Operacional, Exigível Contingencial e Fundos.

#### *3.3.1.4 Fundos*

Registram valores com regras específicas de constituição e destinação, conforme a seguir:

- **Previdenciais** - com destinação específica, são constituídos e revertidos de acordo com os regulamentos e notas técnicas atuariais dos planos;
- **Administrativos** - com constituição gerada pelas sobras da gestão administrativa específica por plano com objetivo de garantir a sobrevivência administrativa dos planos;
- **Investimentos** - Composto exclusivamente pelo Fundo de Garantia de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte dos mutuários, participantes ou assistidos dos Planos de Benefícios administrados pela Sistel, com empréstimos em andamento. Esses fundos são registrados e controlados por plano de benefícios previdenciais.

## **PARTES RELACIONADAS**

### **4.1. Contribuições de participantes, assistidos e patrocinadoras**

Informamos também que em relação às patrocinadoras, a Sistel não mantém outras operações que não seja o recebimento das contribuições para custeio dos planos de benefícios por ela administrados.

A Sistel administra vários planos de benefícios conforme descrito na Nota 1, sendo os aportes dos participantes, dos assistidos e dos patrocinadores desses planos de benefícios, relacionados no quadro abaixo:

<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES E PATROCINADORES A SISTEL</b>				
<b>PLANOS</b>	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>PARTICIPANTES E ASSISTIDOS</b>	<b>PATROCINADORES</b>	<b>PARTICIPANTES E ASSISTIDOS</b>	<b>PATROCINADORES</b>
PBS-A	24.960	-	22.994	-
PBS-TELEBRAS	2	-	7	-
PBS - CPQD	185	32	156	46
PBS - Sistel	17	-	16	-
PBS - Tele Norte Celular	-	-	70	20
CPqD Prev	3.831	3.387	3.996	3.633
CelPrev Amazônia	-	-	61	31
TelebrasPrev	1.487	1.497	1.367	1.321
InovaPrev	4.994	5.001	5.267	5.334
<b>TOTAL</b>	<b>35.476</b>	<b>9.917</b>	<b>33.803</b>	<b>10.334</b>

As informações do quadro acima divergem da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS e da Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL por considerar apenas as contribuições vertidas a cada plano pelos patrocinadores, participantes e assistidos. Nas demonstrações são enquadradas como contribuições outras fontes de receitas que geram benefícios econ micos aos planos de benefícios.

O plano InovaPrev utilizou o fundo previdencial para abater contribuições da patrocinadora e autopatrocinados. O quadro acima, contempla estas contribuições que estão informadas na nota do plano.

### **4.2. Participa es em Empresas**

A Sistel participa do controle da empresa Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL-Energia, através da Bonaire, que por sua vez é controlada pelo Fundo de Investimentos em Ações Energia - SP, da qual a Sistel   cotista junto com mais três Fundos de Pensão. A Bonaire, indica um conselheiro de administração e um conselheiro fiscal na CPFL, por meio de um rodízio entre os seus sócios. A Sistel, no período abril de 2015 até abril de 2016, indicou um dos integrantes do Conselho Fiscal.

### 4.3. Partes Relacionadas - Estado

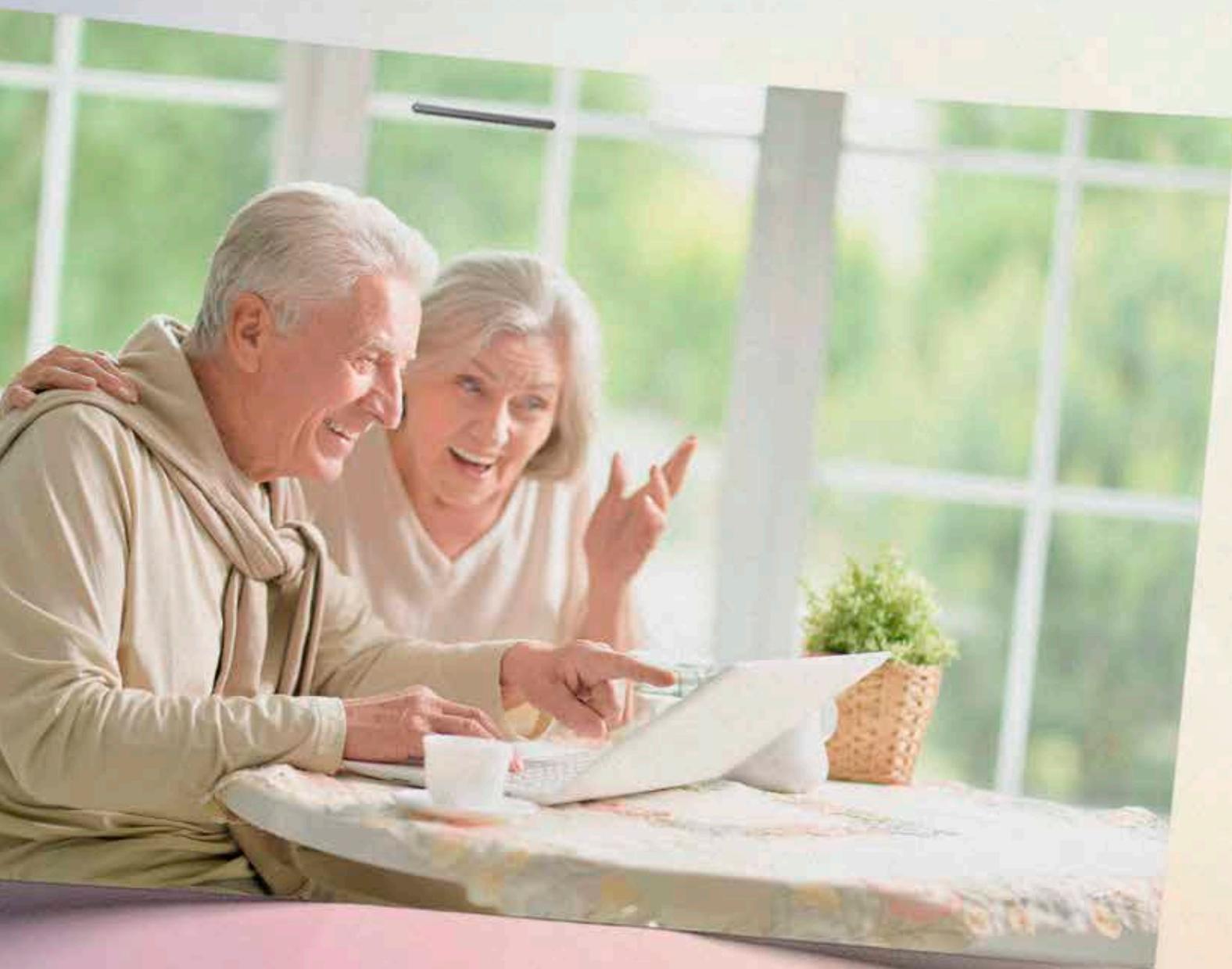
O ente estatal Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras é patrocinador único dos Planos de Benefícios PBS Telebras e TelebrasPrev, e patrocinador solidário do Plano PBS-A, além de integrar o conselho Deliberativo da Entidade. Não houve, durante os períodos reportados, nenhuma transação comercial entre a Sistel e a Telebras.

### 4.4. Remuneração dos Administradores

A remuneração total dos administradores da Sistel foi de R\$ 4.067 em 2016 (R\$ 2.931 em 2015) que inclui salário, encargos, benefícios, plano de pensão e provisão para remuneração variável.

### 4.5. Remuneração dos Conselheiros

A remuneração total dos conselheiros da Sistel foi de R\$ 2.828 em 2016 (R\$ 2.385 em 2015) que inclui salários e encargos.



## **Nota 5.**

### **COBERTURA DE SEGUROS**

A Sistel adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais é de R\$ 7.000.

## **Nota 6.**

### **EVENTOS SUBSEQUENTES**

A Administração da Entidade realizou um movimento na carteira de investimentos em janeiro de 2017 com a venda de ações da CPFL Energia. Este movimento ocorreu no plano PBS-A e o valor foi de R\$ 945.784.

## **Nota 7.**

### **TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO**

A transferência de gerenciamento dos planos de Benefícios Celprev Amazônia e PBS Tele Norte Celular para Fundação Atlântico de Seguridade Social foi aprovada pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, por meio da Portaria PREVIC N° 410 e 411/2015, publicada no Diário Oficial da União de 03/08/2015. A efetiva transferência de gerenciamento ocorreu em janeiro/2016, ocasionando impacto (R\$ 62.102) nas demonstrações consolidadas da Entidade e também no fundo administrativo referentes ao exercício de 2016.

## Nota 8.

# CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir, demonstram-se o detalhamento dos ajustes e as eliminações decorrentes da consolidação das demonstrações contábeis no exercício de 2016:

GRUPOS DE CONTAS	CONSOLIDADO ANTES DAS ELIMINAÇÕES			ELIMINAÇÕES DO CONSOLIDADO	CONSOLIDADO APÓS AS ELIMINAÇÕES
	PLANOS PREVIDENCIAIS	ASSISTENCIAL PAMA	PGA		
<b>Disponível</b>	<b>1.309</b>	<b>20</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>1.406</b>
<b>Realizável</b>	<b>13.587.364</b>	<b>3.653.518</b>	<b>802.216</b>	<b>(770.246)</b>	<b>17.272.852</b>
Gestão Previdencial	38.265	31.604	-	(9)	69.860
Gestão Administrativa	768.148	-	51.140	(770.237)	49.051
Investimentos	12.780.951	3.621.914	751.076	-	17.153.941
<b>Permanente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.055</b>	<b>-</b>	<b>14.055</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>13.588.673</b>	<b>3.653.538</b>	<b>816.348</b>	<b>(770.246)</b>	<b>17.288.313</b>
<b>Exigível Operacional</b>	<b>24.621</b>	<b>2.722</b>	<b>9.297</b>	<b>(2.098)</b>	<b>34.542</b>
Gestão Previdencial	6.406	2.574	-	(1.347)	7.633
Gestão Administrativa	-	-	9.243	(9)	9.234
Investimentos	18.215	148	54	(742)	17.675
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>678.388</b>	<b>65.955</b>	<b>38.905</b>	<b>-</b>	<b>783.248</b>
Gestão Previdencial	632.516	62.736	-	-	695.252
Gestão Administrativa	-	-	38.905	-	38.905
Investimentos	45.872	3.219	-	-	49.091
<b>Patrimônio Social</b>	<b>12.885.662</b>	<b>3.584.861</b>	<b>768.148</b>	<b>-</b>	<b>16.470.523</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>10.557.630</b>	<b>3.584.861</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.142.491</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>8.364.380</b>	<b>3.563.899</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.928.279</b>
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>2.193.250</b>	<b>20.962</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.214.212</b>
Superávit Técnico Acumulado	2.193.250	20.962	-	-	2.214.212
<b>Fundos</b>	<b>2.328.032</b>	<b>-</b>	<b>768.148</b>	<b>(768.148)</b>	<b>2.328.032</b>
Previdenciais	1.489.626	-	-	-	1.489.626
Administrativos	768.148	-	768.148	(768.148)	768.148
Investimentos	70.258	-	-	-	70.258
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>13.588.673</b>	<b>3.653.536</b>	<b>816.350</b>	<b>(770.246)</b>	<b>17.288.313</b>

Abaixo estão listadas as eliminações ocorridas:

**Realizável - Gestão Previdencial** - são eliminados os saldos referentes às movimentações financeiras de recursos a receber de outros planos de benefícios administrados pela Entidade.

**Realizável - Gestão Administrativa** - são eliminados os reembolsos a receber dos planos previdenciais e assistencial para custeio administrativo e a contabilização da participação de cada plano no Plano de Gestão Administrativa.

**Exigível operacional - Gestão Previdencial** - são eliminados os reembolsos a pagar dos planos previdenciais e assistencial para custeio administrativo e as movimentações financeiras de recursos a pagar para outros planos de benefícios administrados pela Entidade.

**Exigível operacional - Gestão Administrativa** - são eliminados os reembolsos a pagar dos planos previdenciais e assistencial para custeio administrativo e as movimentações financeiras de recursos a pagar para outros planos de benefícios administrados pela Entidade.

**Exigível operacional - Investimentos** - são eliminados os valores do custeio de investimentos que os planos de benefícios devem reembolsar ao Plano de Gestão Administrativa

## Nota 9.

# SALDOS DE CONTAS COM DENOMINAÇÃO "OUTROS"

Conforme determina a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, item II, Procedimentos Operacionais, subitem 30, letra K. apresentados a seguir os saldos relevantes das contas "Outros" nos seus respectivos grupos de contas. Segundo essa norma, a Entidade deverá apresentar detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação "Outros", quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas.

### 9.1. Ativo Realizável - Assistencial

Apresenta saldo na conta "Recebível" no montante de R\$ 31.605 (R\$ 39.621 em 2015). Esses valores referem-se a Recursos a Receber de Contribuições e de Coparticipação e Adiantamentos do PAMA.

# I. Plano PBS-A

**PLANO DE BENEFÍCIOS SISTEL - ASSISTIDOS**



## Nota I.1

# PATRIMÔNIO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência e a situação econômica-atuarial do plano, em 2016, é superavitária em R\$ 2.018.842 (R\$ 1.370.887 - 2015), sendo R\$ 647.955 no exercício de 2016 (R\$ 162.190 - 2015). O plano apresenta uma reserva de contingência no montante de R\$ 1.379.040 (R\$ 1.344.706 - 2015) e uma reserva especial para revisão de plano no montante de R\$ 639.802 (R\$ 26.181 - 2015).

A movimentação no quadro abaixo, demonstra os principais fatos que levaram a constituição deste resultado no exercício:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
(+) Adições Previdenciais	25.013	22.994	8,78
(-) Deduções Previdenciais	(591.421)	(3.580.293)	(83,48)
(-) Custeio Administrativo	-	-	-
(+/-) Resultado Líq. dos Investimentos	1.626.293	1.354.922	20,03
(+/-) (Const.)/Reversão de Contingências	(267.942)	(86.555)	209,56
<b>(=) Resultado Apurado</b>	<b>791.943</b>	<b>(2.288.932)</b>	<b>(134,60)</b>
Provisões Matemáticas	197.900	401.626	(50,73)
Fundos Previdenciais	(53.912)	(2.852.748)	(98,11)
Const. Superávit / (Déficit)	647.955	162.190	299,50

As adições previdenciais foram inferiores às deduções previdenciais. Porém, o resultado positivo dos investimentos no montante de R\$ 1.626.293 foi suficiente para cobrir as deduções e constituições de contingências, formando o resultado do período de R\$ 791.973. A partir deste resultado, foram calculados atuarialmente as provisões matemáticas e os fundos previdenciais, conseqüentemente houve a formação do superávit no montante de R\$ 647.955 no exercício de 2016.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- Resultado Positivo dos Investimentos, apresentando uma rentabilidade bruta de 16,99% no ano (12,53% - 2015), destacando-se a como uma das principais contribuições para a rentabilidade do exercício a venda das participações nos shoppings centers;
- O fato da rentabilidade ter superado a da meta atuarial (11,19% a.a.) do período (INPC + Taxa de Juros de 4,33% a.a.);
- Alteração da tábua de mortalidade (AT 2000 M D10% -2016 x AT 2000 F - 2015). Essa alteração colaborou para que as obrigações atuariais do plano de benefícios fossem reduzidas, porque a tábua anterior tem uma taxa de sobrevivência maior do que a atual;
- O aumento na taxa de juros de 3,8% a.a. para 4,33% a.a. contribuiu para a diminuição das provisões matemáticas do plano de benefícios.

O plano não apresentou saldo na conta de Reserva para Revisão de plano pelo terceiro ano consecutivo em 2016. Em 2015, de acordo com o Artigo 20, da Lei Complementar nº 109/2001, depois de satisfeitas todas as exigências, foi feita a destinação do superávit para o Fundo Previdencial no montante de R\$ 607.699.

## Nota I.2

# CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

### I.2.1. Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>39.587</b>	<b>36.125</b>
COMPANHIAS ABERTAS	39.587	36.125
<b>AÇÕES</b>	<b>1.270.810</b>	<b>485.490</b>
COMPANHIAS ABERTAS (i)	1.270.810	479.088
EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES	-	6.402
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>8.902.592</b>	<b>8.335.550</b>
RENDA FIXA (ii)	8.590.807	7.548.893
AÇÕES (i)	296.185	770.337
PARTICIPAÇÕES (iii)	764	1.484
IMOBILIÁRIO	14.836	14.836
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>571.672</b>	<b>861.844</b>
ALUGUÉIS E RENDA	571.672	861.844
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>112.064</b>	<b>117.692</b>
EMPRÉSTIMOS	112.064	117.692
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>	<b>885</b>	<b>752</b>
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>10.897.610</b>	<b>9.837.453</b>

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

- i. O aumento de participação no item companhias abertas ocorreu em função da transferência de parte das ações de CPFL do Fundo de Investimentos em Ações Energia São Paulo para a carteira própria da Sistel no mês de novembro, provocando simultaneamente a redução da posição em fundos de investimentos em Ações. Além disso, no período, estas ações valorizaram mais de 60% no ano, aumentando significativamente o valor da posição.
- ii. O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa decorreu da boa performance do segmento no ano e do aporte dos recursos oriundos da alienação de

participação em Shoppings ocorrida no mês de outubro. Por consequência, ocorreu a redução no segmento dos investimentos imobiliários.

iii. A redução em fundo de investimentos em participações decorreu do encerramento do fundo de investimento em participações na GTD Participações S.A.

## I.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

- **“Títulos mantidos até o vencimento”**, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e/ou taxas de juros até a data do balanço. No custo de aquisição, está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados de acordo com cada critério, pelo Bradesco S.A., agente custodiante da Sistel e responsável, também, pela precificação de ativos de acordo com suas características.
- **“Títulos para negociação”**, onde os ativos são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

A Administração amparada pela Resolução nº 15 de 23 de agosto de 2005, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, reclassificou o ativo NTN-B com vencimento em 2021 da categoria “Títulos mantidos até o vencimento” para a categoria “Títulos para negociação” para realizar simultaneamente a aquisição do ativo NTN-B com vencimento em 2055, sendo classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”. O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

NATUREZA/TIPO	VENCIMENTO	2016			2015		
		QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Créditos Privados e Depósitos	-	1.354.247	30.322	39.587	1.354.247	30.322	36.125
Companhias Abertas	-	1.354.247	30.322	39.587	1.354.247	30.322	36.125
Debêntures	>365 Dias	1.354.247	30.322	39.587	1.354.247	30.322	36.125
Ações	-	55.465.792	955.443	1.270.344	18.183.981	71.399	478.768
Companhias Abertas	-	55.465.792	955.443	1.270.344	18.183.981	71.399	478.768
Fundos de Investimento	-	335.101.160	8.304.895	8.908.590	333.992.000	7.777.337	8.342.108
Renda Fixa	-	69.926.898	7.063.303	8.590.807	68.324.882	6.483.633	7.548.892
Ações	-	256.722.311	1.231.363	296.185	257.213.055	1.281.363	770.337
Imobiliário	-	8.451.951	10.229	21.598	8.451.951	10.229	21.395
Participações	-	-	-	-	2.112	2.112	1.484

O estudo de ALM (Asset Liability Management), realizados para todos os Planos de Benefícios demonstrou capacidade econômico-financeira para suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos.

### I.2.3 Provisões para Perdas nos Fundos de Investimento

A Administração optou por provisionar em parte ou na totalidade de suas participações nos Fundos de Investimentos Imobiliários do Plano PBS-A conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DA PROVISÃO	2016	2015
FII Centro Têxtil	30,73%	6.582	6.392
FII Geo Guararapes	100,00%	180	167
<b>TOTAIS</b>		<b>6.762</b>	<b>6.559</b>

Os percentuais de provisão estão proporcionais às possibilidades de perda segundo a avaliação da Administração.

### I.2.4 Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos assistidos do plano PBS-A administrado pela Sistel foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34/2009. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão para perdas é de R\$ 1.570 (R\$ 1.358 em 2015).

## Nota I.3

# INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

### I.3.1 Reavaliação de Imóveis

No encerramento do exercício de 2016, foi realizada a reavaliação da carteira de imóveis da Entidade, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo. A reavaliação da carteira de imóveis é realizada a cada três anos e neste ano foi feita pelo Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento e Projetos LTDA, CNPJ nº 07.680.750/0001-09 de acordo com a norma NBR - 5.676/90 da ABNT. Os avaliadores basearam-se em pesquisa de mercado de imóveis assemelhados e por comparação da equivalência de situação, tempo e características, além de suas respectivas análises. A reavaliação da carteira causou impacto contábil negativo no montante de R\$ 14.721, conforme quadro a seguir:

IMÓVEL	DATA ÚLTIMA REAVALIAÇÃO	VALORES ANTES REAVALIAÇÃO	VALORES APÓS REAVALIAÇÃO	EFEITO REAVALIAÇÃO	VIDA ÚTIL REMANESCENTE
<b>ED. LOCADAS A TERCEIROS (*1.2.3.6.04.03)</b>		<b>323.892</b>	<b>336.632</b>	<b>12.740</b>	
ED. BIRMAN IX	dez/16	53.492	43.233	(10.259)	25
ED.BIRMANN X - SP	dez/16	18.181	52.302	34.121	30
ED.CENTRO EMPRES.INTERNAZIONALE RIO - RJ	dez/16	67.945	65.489	(2.456)	25
ED.CENTRO EMPRESARIAL RIO - RJ	dez/16	16.587	20.919	4.332	25
ED.RIO METROPOLITAN - RJ	dez/16	130.185	129.604	(581)	30
ED.BANLAVOURA - MG	dez/16	13.831	8.235	(5.596)	20
ED.AFONSO PENA - MG	dez/16	19.836	12.490	(7.346)	25
ED.EMPRESARIAL CENTER RECIFE - PE	dez/16	3.835	4.360	525	30
<b>CONSTRUÇÕES (*1.2.3.6.04.03.02)</b>		<b>262.691</b>	<b>235.230</b>	<b>(27.461)</b>	
ED.CENTRO EMPRES.INTERNAZIONALE RIO - RJ	dez/16	39.023	32.191	(6.832)	25
ED.CENTRO EMPRESARIAL RIO - RJ	dez/16	23.123	16.911	(6.212)	25
ED.RIO METROPOLITAN - RJ	dez/16	62.285	66.390	4.105	30
ED. BIRMAN IX	dez/16	42.381	52.487	10.106	25
ED.BIRMANN X - SP	dez/16	75.222	38.158	(37.064)	30
ED.BANLAVOURA - MG	dez/16	8.291	14.258	5.967	20
ED.AFONSO PENA - MG	dez/16	8.709	11.755	3.046	25
ED.EMPRESARIAL CENTER RECIFE - PE	dez/16	3.657	3.080	(577)	30
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>586.583</b>	<b>571.862</b>	<b>(14.721)</b>	

\* Conta contábil relacionada

### 1.3.2 Alienação de Imóveis

No exercício de 2016, a Administração efetuou alienação da participação da Entidade nos Imóveis Barra Shopping - RJ e Morumbi Shopping - SP para a MULTIPLAN Empreendimento Imobiliário S.A. A venda da participação no Shopping Center contribuiu para o resultado positivo de investimentos do PBS-A no montante de R\$ 228 milhões.

## Nota I.4

# PREMISSAS ATUARIAIS

### a) Base de Dados

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o

início do gozo de benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Sistel decorrem de estudo prévio de “aderência”, que é realizado anualmente com base nas experiências obtidas para cada plano de benefícios, respectivamente, observado um período de 10 anos, objetivando garantir a perenidade e o cumprimento de todas as obrigações dos planos de benefícios.

O quadro abaixo demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do Plano PBS-A:

HIPÓTESES ATUARIAIS		BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Rotatividade	Não aplicável	Taxa de Juros 2015	3,80% a.a.	Tábua de Mortalidade Geral 2015	AT 2000 FEMALE
		Taxa de Juros 2016	4,33% a.a.	Tábua de Mortalidade Geral 2016	AT 2000 M D10%
Custo de Pensão 2015	HX Sistel	Crescimento Salarial	Não aplicável	Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female
Custo de Pensão 2016	Família Real	Fator de Capacidade	0,9820	Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável
				Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável

No ano de 2016, houve alteração da Tábua de Mortalidade do Plano (AT 2000 M D10% -2016 x AT 2000 F - 2015). Esta alteração fez com que as obrigações atuariais do plano de benefícios fossem reduzidas, devido à tábua anterior tem uma taxa de sobrevivência maior do que a atual.

### b) Taxa de Juros Atuarial do Plano de Benefícios

A taxa de juros real anual, utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de pagamento de benefícios e contribuições do plano de benefícios corresponde ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos.

A taxa de juros de 4,33% (3,80% - 2015) foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução PREVIC nº 23/2015 e Portaria PREVIC nº 186/2016.

Esta Portaria, estabelece a taxa de juros parâmetro a ser utilizada no cálculo tendo como base a “duração” do passivo do plano de benefícios, que no caso PBS-A foi de 9,44 anos. A taxa parâmetro a ser aplicável para este plano de benefícios é de 6,19%. A adoção da taxa de juros está limitada a um intervalo de 0,4 (quatro décimos por cento) acima da taxa de juros parâmetro ( $6,19\% + 0,4\% = 6,59\%$ ) e 70% da taxa de juros parâmetro ( $6,19\% * 70\% = 4,33\%$ ).

Portanto, de acordo com as normas mencionadas acima, a Entidade adotou a taxa de juros compreendida entre o intervalo de 4,33% a.a. até 6,59% a.a.

Para adoção desta taxa de juros, a Entidade optou pela taxa de juros mínima levando em conta o teste de aderência que demonstrou ser a taxa de juros adequada para ser utilizada.



## Nota I.5

# PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada GAMA Consultores Associados. Os valores registrados nessas rubricas constam no Parecer Atuarial e na Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), estando o parecer elaborado pelos atuários em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano PBS-A:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões Matemáticas	7.093.830	6.895.930	2,87
Benefícios Concedidos	7.093.830	6.895.930	2,87
Benefício Definido	7.093.830	6.895.930	2,87

## Nota I.6

# AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

### a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2016, com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 2.018.842, o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 37,04%.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>A) Cálculo dos Limites</b>		
<b>1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M) (i)</b>	<b>7.093.830</b>	<b>6.895.930</b>
<b>2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	5,44	5,50
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $[(1*2.1)/100]*-1$	(385.904)	(379.276)
<b>3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado</b>		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	19,44	19,50
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	1.379.041	1.413.666
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	1.773.458	1.723.983
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3)	1.379.040	1.344.706
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
<b>4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)</b>	<b>2.018.842</b>	<b>1.370.887</b>
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	608.810	-
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	2.627.652	1.370.887
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	37,04	19,88

(i) São consideradas apenas as contas de provisões matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS-A, resultou em um valor positivo no montante de R\$ 608.810, conforme demonstrativo a seguir:

## Nota I.7

# FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Fundo de reversão de valores às patrocinadoras-2012	479.078	418.097
Fundo de reversão de valores aos assistidos-2012	217.257	189.602
Fundo de cobertura de demandas judiciais	321.582	473.112
Fundo de cobertura especial	70.568	61.587
<b>TOTAIS</b>	<b>1.088.485</b>	<b>1.142.398</b>

### **I.7.1. Fundo para Revisão de Plano**

São destinados e constituídos especificamente para o atendimento à distribuição de superávit em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

**Fundo de Reversão de Valores às Patrocinadoras e Assistidos 2012** - constituídos para distribuição de superávit, obedecendo à proporção contributiva, consoante com a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade.

### **I.7.2 Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial**

**Fundo de Cobertura de Demandas Judiciais** - tem por finalidade cobrir o impacto decorrente de eventual sucesso, parcial ou total, de demandas judiciais em relação à gestão previdencial do Plano.

**Fundo de Cobertura Especial** - constituído para a cobertura da segregação das submassas, para destinação da Reserva Especial específica desta submassa e para garantia de oscilação de risco específicos da massa de Assistidos do Plano 1.

## **Nota I.8**

# **COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

O valor transferido do PBS-A para o PGA, destinado ao custeio administrativo de investimentos da Entidade, no exercício de 2016, foi de R\$ 6.202 (R\$ 7.676 em 2015)

## **Nota I.9**

# **CUSTEIO DO PLANO**

### **I.9.1 Operações com Assistidos**

Não são previstas contribuições normais para os assistidos do plano. As contribuições mensais vinculadas ao abono são devidas pelos aposentados que receberem o abono de aposentadoria, mediante desconto do percentual definido, incidente sobre o benefício global para pela Entidade, limitado ao valor do abono. A taxa aplicável a partir de 01/04/2016 é de 10%.

## **EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais plano nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Gestão previdencial</b>	<b>602.381</b>	<b>338.364</b>
Expurgos inflacionários	2.491	2.736
Ações reflexas de patrocinadoras	99.220	135.181
Previdencial - Outras Demandas	-	7.731
Revisão de benefícios - regulamento de plano	102.774	92.895
PIS e COFINS 2009 - auto de infração	56.141	49.239
Revisão de benefícios trabalhistas	35.203	50.582
Demandas Judiciais	306.552	-
<b>Investimentos</b>	<b>43.277</b>	<b>39.999</b>
Imposto de renda	25.951	25.046
Imóveis	16.483	13.951
Outros	842	1.002
<b>TOTAIS</b>	<b>645.657</b>	<b>378.363</b>

O plano possui a estimativa para ações classificadas como probabilidade de perda possíveis no montante de R\$ 323.814.

No encerramento do exercício de 2016, a Entidade realizou a revisão de todos os critérios de provisionamento dos planos de benefícios. Abaixo estão descritas as principais contingências demonstradas no quadro contingencial:

**Expurgos Inflacionários** - tratam-se de ações dos participantes que resgataram reservas, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

**Ações reflexas da patrocinadora** - tratam-se de ações trabalhistas, que na sua maioria têm por objeto a alteração no valor da suplementação de aposentadoria, sendo ações promovidas por ex-empregados aposentados de patrocinadoras, figurando a Fundação como reclamada, em face do vínculo de previdência complementar existente com os reclamantes.

**Previdencial – Outras Demandas** – trata-se de ações previdenciárias que não foram consideradas inicialmente com o risco de perda possível, mas em razão da necessidade de realização de depósito judicial esta avaliação foi alterada para provável.

**Revisão de Benefícios – Regulamento do Plano** – trata-se de ações de revisão dos benefícios concedidos, ajuizadas somente contra a Sistel por assistidos do Plano PBS-A.

**PIS/COFINS – Auto de Infração** – tratam-se de dois autos de infração correspondentes a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos créditos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício.

**Revisão de Benefícios Trabalhistas** – tratam-se de ações em que os reclamantes reivindicam aumento de seus benefícios pagos pelos respectivos planos.

**Demandas Judiciais** – tratam-se de ações de assistidos do plano PBS-A, requerendo a revisão dos seus benefícios que recebem, contemplando teses de cálculo hipotético de INSS, aposentadoria antecipada com redutor etário e aplicação coeficiente, aplicação correção monetária, dentre outras.

**Imposto de Renda** – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda. Devido necessidade de realização de depósito judicial a avaliação da probabilidade de perda é provável, razão pela qual os valores provisionados correspondem aos valores depositados.

**Imóveis e Outros** – tratam-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de imóveis.

## Nota I.11

# FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano PBS-A, considerando o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do Fundo Administrativo do Plano é de R\$ 578.255 (R\$ 528.834 em 2015).

## II. PBS – Telebras

### **PLANO DE BENEFÍCIO SISTEL - TELEBRAS**



## NOTA II.1

# PATRIMÔNIO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A situação econômica-atuarial do plano, em 2016, é superavitária em R\$ 43.071 (R\$ 42.111 - 2015), sendo R\$ 960 no exercício de 2016 (R\$ 5.223 - 2015). O plano apresenta uma reserva de contingência no montante de R\$ 36.748 (R\$ 33.418 - 2015) e uma reserva especial para revisão de plano no montante de R\$ 6.323 (R\$ 8.693 - 2015).

A movimentação no quadro abaixo, demonstra os principais fatos que levaram a constituição deste resultado no exercício:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
(+) Adições Previdenciais	39	7	457,14
(-) Deduções Previdenciais	(10.392)	(8.891)	16,88
(-) Custeio Administrativo	-	(1)	(100,00)
(+/-) Resultado Líq. dos Investimentos	42.576	43.881	(3,00)
(+/-) (Const.)/Reversão de Contingências	(1.684)	(350)	381,14
<b>(=) Resultado Apurado</b>	<b>30.539</b>	<b>34.646</b>	<b>(11,85)</b>
Provisões Matemáticas	15.086	14.003	7,73
Fundos Previdenciais	14.492	15.420	(6,02)
Const. Superávit / (Déficit)	960	5.223	(81,62)

As adições previdenciais foram inferiores às deduções previdenciais. Porém, o resultado positivo dos investimentos no montante de R\$ 42.576 foi suficiente para cobrir as deduções e constituições de contingências, formando o resultado do período de R\$ 30.539. A partir deste resultado, foram calculados atuarialmente as provisões matemáticas e os fundos previdenciais, conseqüentemente houve a formação do superávit no montante de R\$ 960 no exercício de 2016.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- Resultado Positivo dos Investimentos, apresentando uma rentabilidade bruta de 12,70% no ano (14,62% - 2015);
- O fato da rentabilidade ter superado a da meta atuarial (11,21% a.a.) do período (INPC + Taxa de Juros de 4,34% a.a.);
- A constituição de provisões contingenciais apresentou um aumento de 381,14% (R\$ 1.684 - 2016 x R\$ 350 - 2015);
- Aumento nas obrigações com assistidos, oriundos da alteração da premissa padrão para família real, elevou a provisão matemática do plano em 7,73% (R\$ 15.086 - 2016 x R\$ 14.003 - 2015);
- O aumento na taxa de juros de 3,8% a.a. para 4,34 % a.a. contribuiu para a diminuição das provisões matemáticas do plano de benefícios.

# CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

## II.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>15.629</b>	<b>13.705</b>
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	7.987	6.378
COMPANHIAS ABERTAS	7.642	7.327
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>355.634</b>	<b>325.527</b>
RENDA FIXA (i)	346.886	305.625
AÇÕES	-	7.197
MULTIMERCADO	2.393	3.733
PARTICIPAÇÕES (ii)	6.355	8.972
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>897</b>	<b>768</b>
EMPRÉSTIMOS	897	768
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>	<b>22</b>	<b>22</b>
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>372.182</b>	<b>340.022</b>

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas

(i) O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa decorreu da boa performance dos ativos da carteira em conformidade com o previsto na política de investimentos do plano.

(ii) A redução, em fundo de investimentos em Participações decorreu do encerramento do fundo de investimento em participações na GTD Participações S.A.

Em 31/12/2016, a Entidade constituiu provisão para perdas em fundos de investimentos de renda fixa denominada Crédito Privado BTG Participações Primárias II no montante de R\$ 1.067.

## II.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

- **“Títulos mantidos até o vencimento”**, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e/ou taxas de juros até a data do balanço. No custo de aquisição, está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados de acordo com cada critério, pelo Bradesco S.A., agente custodiante da Sistel e responsável, também, pela precificação de ativos de acordo com suas características.

- **“Títulos para negociação”**, onde os ativos são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

A Administração não reclassificou nenhum título entre as categorias “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação” durante o exercício de 2016. O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

NATUREZA/TIPO	VENCIMENTO	2016			2015		
		QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Créditos Privados e Depósitos	-	6.780	11.824	15.629	6.780	11.824	13.705
Companhias Abertas	-	6.770	6.824	7.642	6.770	6.824	7.327
Debêntures	>365 Dias	6.770	6.824	7.642	6.770	6.824	7.327
Instituições Financeiras	-	10	5.000	7.987	10	5.000	6.378
Letras Financeiras	>365 Dias	10	5.000	7.987	10	5.000	6.378
Fundos de Investimento	-	113.104.452	242.157	356.688	109.159.518	237.082	325.527
Renda Fixa	-	110.018.592	235.015	350.347	105.978.467	220.204	309.358
Ações	-	-	-	-	95.150	9.695	7.197
Participações	-	3.085.861	7.143	6.340	3.085.901	7.183	8.972

O estudo de ALM (Asset Liability Management), realizados para todos os Planos de Benefícios demonstrou capacidade econômico-financeira para suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos.

### II.2.3 Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos assistidos do plano PBS Telebras administrado pela Sistel foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34/2009. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão para perdas é de R\$ 6 (R\$ 5 - 2015).

## Nota II.3

# PREMISSAS ATUARIAIS

### a) Base de Dados

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o

início do gozo de benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Sistel decorrem de estudo prévio de "aderência", que é realizado anualmente com base nas experiências obtidas para cada plano de benefícios, respectivamente, observado um período de 10 anos, objetivando garantir a perenidade e o cumprimento de todas as obrigações dos planos de benefícios.

O quadro abaixo demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do plano PBS Telebras:

HIPÓTESES ATUARIAIS		BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Rotatividade	0,00% a.a.	Taxa de Juros 2015	3,80% a.a.	Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female
		Taxa de Juros 2016	4,34% a.a.	Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female
Custo de Pensão 2015	HX	Crescimento Salarial 2015	0,00% a.a.	Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca
		Crescimento Salarial 2016	0,18% a.a.		
Custo de Pensão 2016	Família Real	Fator de Capacidade 2015	0,9812	Tábua de Entrada em Auxílio Doença 2015	GAMA - EXP. SISTEL 2008
		Fator de Capacidade 2016	0,9820	Tábua de Entrada em Auxílio Doença 2016	GAMA - EXP. SISTEL TELEBRÁS 2006 - 2015

### b) Taxa de Juros Atuarial do Plano de Benefícios

A taxa de juros real anual, utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de pagamento de benefícios e contribuições do plano de benefícios corresponde ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos.

A taxa de juros de 4,34% (3,80% - 2015) foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução PREVIC nº 23/2015 e Portaria PREVIC nº 186/2016.

Esta Portaria, estabelece a taxa de juros parâmetro a ser utilizada no cálculo tendo como base a "duração" do passivo do plano de benefícios, que no caso PBS Telebras foi de 11,2 anos. A taxa parâmetro a ser aplicável para este plano de benefícios é de 6,20%. A adoção da taxa de juros está limitada a um intervalo de 0.4 (quatro décimos por cento) acima da taxa de juros parâmetro ( $6,20\% + 0,4\% = 6,60\%$ ) e 70% da taxa de juros parâmetro ( $6,20\% * 70\% = 4,34\%$ ).

Portanto, de acordo com as normas mencionadas acima, a Entidade adotou a taxa de juros compreendida entre o intervalo de 4,34% a.a. até 6,60% a.a.

Para adoção desta taxa de juros, a Entidade optou pela taxa de juros mínima levando em conta o teste de aderência que demonstrou ser a taxa de juros adequada para ser utilizada.

## Nota II.4

# PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada GAMA Consultores Associados. Os valores registrados nessas rubricas constam no Parecer Atuarial e na Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), estando o parecer elaborado pelos atuários em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano.

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>186.186</b>	<b>171.100</b>	<b>8,82</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>150.685</b>	<b>130.948</b>	<b>15,07</b>
Contribuição Definida	5.051	3.290	53,53
Benefício Definido	145.634	127.658	14,08
<b>Benefício a Conceder</b>	<b>35.501</b>	<b>40.152</b>	<b>(11,58)</b>
Contribuição Definida	7.795	8.676	(10,15)
Saldo de Contas - parcela participantes	7.795	8.676	(10,15)
Benefício Definido	27.706	31.476	(11,98)

## Nota II.5

# AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

### a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2016, com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 43.071, o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 37,36%.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>A) Cálculo dos Limites</b>		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M) (i)	173.340	159.133
<b>2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,20	7,00
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $[(1*2.1)/100]*-1$	(12.480)	(11.139)
<b>3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado</b>		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,20	21,00
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	36.748	33.418
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	43.335	39.783
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre o item 3.2 e 3.3)	36.748	33.418
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)	43.071	42.111
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	21.689	18.865
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	64.760	60.976
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	37,36	38,32

(i) São consideradas apenas as contas de provisões matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS-Telebras, resultou em um valor positivo no montante de R\$ 21.689, conforme demonstrativo a seguir:

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	2022	232	699	757	58
NTN-B	2024	5.721	17.405	19.059	1.654
NTN-B	2030	13.117	39.776	46.102	6.326
NTN-B	2035	5.572	16.201	19.983	3.782
NTN-B	2040	12.826	38.929	47.925	8.996
NTN-B	2050	1.012	2.993	3.866	873
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>38.480</b>	<b>116.003</b>	<b>137.692</b>	<b>21.689</b>

## Nota II.6

# FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Fundo de desvios espectrais do plano	25.893	23.039
Fundo de oscilação de risco patrocinadora	105.585	93.947
<b>TOTAIS</b>	<b>131.478</b>	<b>116.986</b>

**Fundo Previdencial para Cobertura de Desvios Espectrais do Plano (FCDE)** - tem por finalidade garantir as oscilações de riscos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, em decorrência de variações conjugadas dos parâmetros utilizados para o cálculo das provisões, executando-se as variações em decorrência de juros técnicos e da tábua biométrica, que serão definidas em fundos específicos, quando for o caso. Esse fundo está relacionado apenas ao Plano PBS-Telebras.

**Fundo de Oscilação de Risco Patrocinadora** - criado por ocasião da distribuição de excedentes técnicos ocorrida, apurado conforme Regulamento do respectivo Plano, para registro de recursos exclusivos da Patrocinadora do Plano. Os recursos do Fundo de Oscilação de Risco - Patrocinadora, serão destinados exclusivamente para a cobertura de compromissos de responsabilidade da Patrocinadora em relação ao Plano, relativos aos benefícios previdenciais referenciados no Regulamento, podendo, inclusive, ser na forma de contribuição mensal, com base em solicitação formal da Patrocinadora, manifestação expressa do responsável técnico-actuarial e aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade.

## Nota II.7

# COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O valor transferido do PBS-Telebras para o PGA destinado ao custeio administrativo de investimentos da Entidade, no exercício de 2015, foi de R\$ 191 (R\$ 201 em 2015).

## Nota II.8

# CUSTEIO DO PLANO PBS-TELEBRAS

Para o Plano PBS-TELEBRAS, considerando todas as hipóteses e parâmetros técnicos adotados, observando a plena cobertura dos benefícios concedidos e a conceder e levando-se em consideração a integralização das Contribuições Futuras dos Participantes em função do processo de utilização dos recursos excedentes (superávit) ocorrido em 2008 e, de forma geral, o Regulamento em vigor na data da Avaliação Atuarial, bem como ante a inexistência de custos para o Plano, não foi estabelecido Plano de Custeio para o exercício de 2016.

## Nota II.9

# EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais plano nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Gestão previdencial</b>	<b>9.287</b>	<b>7.884</b>
Expurgos inflacionários	5.371	4.449
PIS e COFINS 2009 - auto de infração	3.916	3.435
<b>Investimentos</b>	<b>1.590</b>	<b>1.545</b>
Imposto de renda	1.533	1.480
Outros	57	65
<b>TOTAIS</b>	<b>10.877</b>	<b>9.429</b>

O plano possui a estimativa para ações classificadas como probabilidade de perda possíveis no montante de R\$ 49.

No encerramento do exercício de 2016, a Entidade realizou a revisão de todos os critérios de provisionamento dos planos de benefícios. Abaixo estão descritas as principais contingências demonstradas no quadro contingencial:

**Expurgos Inflacionários** - tratam-se de ações dos participantes que resgataram reservas, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

**PIS/COFINS - Auto de Infração** - tratam-se de dois autos de infração correspondentes a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos créditos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício.

**Imposto de Renda** - trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda. Devido necessidade de realização de depósito judicial a avaliação da probabilidade de perda é provável, razão pela qual os valores provisionados correspondem aos valores depositados.

**Outros** - tratam-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de investimentos.

## Nota II.10

# FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano PBS-Telebras, considerando o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 44.053 (R\$ 38.847 em 2015).



### III. Plano PBS CPqD

**PLANO DE BENEFÍCIOS SISTEL - CPQD**



# **PATRIMÔNIO E RESULTADO DO EXERCÍCIO**

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência e, no exercício, a situação econômica-atuarial do plano, em 2016, é superavitária em R\$ 2.898 (R\$ 1.671 - 2015), sendo R\$ 1.227 no exercício de 2016 (R\$ 737 - 2015). O plano não apresentou reserva especial para revisão de plano nos dois exercícios.

A movimentação no quadro abaixo, demonstra os principais fatos que levaram a constituição deste resultado no exercício:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
<b>(+)</b> Adições Previdenciais	217	201	7,96
<b>(-)</b> Deduções Previdenciais	(2.044)	(1.789)	14,25
<b>(-)</b> Custeio Administrativo	(20)	(18)	11,11
<b>(+/-)</b> Resultado Líq. dos Investimentos	4.070	4.590	(11,33)
<b>(+/-)</b> (Const.)/Reversão de Contingências	(229)	23	-
<b>(=) Resultado Apurado</b>	<b>1.994</b>	<b>3.007</b>	<b>(33,69)</b>
Provisões Matemáticas	767	2.270	(66,21)
Fundos Previdenciais	-	-	-
Const. Superávit / (Déficit)	1.227	737	66,49

As adições previdenciais foram inferiores às deduções previdenciais. Porém, o resultado positivo dos investimentos no montante de R\$ 4.070 foi suficiente para cobrir as deduções e constituições de contingências, formando o resultado do período de R\$ 1.994.

A partir deste resultado, foram calculados atuarialmente as provisões matemáticas e consequentemente houve a formação do superávit no montante de R\$ 1.227 no exercício de 2016.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- Resultado Positivo dos Investimentos, apresentando uma rentabilidade bruta de 12,23% no ano (15,24% - 2015);
- O fato da rentabilidade ter superado a da meta atuarial do período de 11,91% a.a. (INPC + Taxa de Juros de 5,0% a.a.);
- Redução na constituição de provisão matemática do plano de benefícios de 66,21% (R\$ 767 - 2016 x R\$ 2.270 - 2015).

## CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

### III.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>1.612</b>	<b>1.418</b>
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	799	638
COMPANHIAS ABERTAS	813	780
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>34.571</b>	<b>32.555</b>
RENDA FIXA (i)	33.656	30.472
AÇÕES	-	759
MULTIMERCADO	250	389
PARTICIPAÇÕES	665	935
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>152</b>	<b>112</b>
EMPRÉSTIMOS	152	112
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>36.349</b>	<b>34.099</b>

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas descritas

(i) O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa decorreu da boa performance dos ativos da carteira em conformidade com o previsto na política de investimentos do plano.

Em 31/12/2016, a Entidade constituiu provisão para perdas em fundos de investimentos de renda fixa denominada Crédito Privado BTG Participações Primárias II no montante de R\$ 142.

### III.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

- **“Títulos mantidos até o vencimento”**, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e/ou taxas de juros até a data do balanço. No custo de aquisição, está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados de acordo com cada critério, pelo Bradesco S.A., agente custodiante da Sistel e responsável, também, pela precificação de ativos de acordo com suas características.
- **“Títulos para negociação”**, onde os ativos são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

A Administração não reclassificou nenhum título entre as categorias “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação” durante o exercício de 2016. O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

NATUREZA/TIPO	VENCIMENTO	2016			2015		
		QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Créditos Privados e Depósitos	-	722	1.227	1.612	722	1.227	1.418
Companhias Abertas	-	721	727	813	721	727	780
Debêntures	>365 Dias	721	727	813	721	727	780
Instituições Financeiras	-	1	500	799	1	500	638
Letras Financeiras	>365 Dias	1	500	799	1	500	638
Fundos de Investimento	-	8.016.342	26.412	34.713	7.753.217	26.663	32.555
Renda Fixa	-	7.695.980	25.664	34.048	7.422.816	24.892	30.861
Ações	-	-	-	-	10.038	1.023	759
Participações	-	320.362	748	665	320.363	748	935

O estudo de ALM (Asset Liability Management), realizados para todos os Planos de Benefícios demonstrou capacidade econômico-financeira para suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos.

### Nota III.3

## PREMISSAS ATUARIAIS

### a) Base de Dados

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o início do gozo de benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Sistel decorrem de estudo prévio de “aderência”, que é realizado anualmente com base nas experiências obtidas para cada plano de benefícios, respectivamente, observado um período de 10 anos, objetivando garantir a perenidade e o cumprimento de todas as obrigações dos planos de benefícios.

O quadro abaixo demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do plano PBS CPqD:

HIPÓTESES ATUARIAIS		BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Rotatividade 2015	0,07% a.a.	Taxa de Juros 2015	5,00% a.a.	Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female
Rotatividade 2016	0,00% a.a.	Taxa de Juros 2016		Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female
Custo de Pensão 2015	HX Sistel	Crescimento Salarial	0,00% a.a.	Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca
		Crescimento Salarial 2016	0,18% a.a.		
Custo de Pensão 2016	Família Real	Fator de Capacidade 2015	0,9812	Tábua de Entrada em Auxílio Doença 2015	GAMA - EXP. SISTEL 2008
		Fator de Capacidade 2016	0,9820	Tábua de Entrada em Auxílio Doença 2016	GAMA - EXP. SISTEL CPQD 2006 - 2015

### b) Taxa de Juros Atuarial do Plano de Benefícios

A taxa de juros real anual, utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de pagamento de benefícios e contribuições do plano de benefícios corresponde ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos.

A taxa de juros de 5,00% a.a. não apresentou alteração em relação ao ano de 2015 e está compreendida entre os parâmetros das Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução PREVIC nº 23/2015 e Portaria PREVIC nº 186/2016.

Esta Portaria, estabelece a taxa de juros parâmetro a ser utilizada no cálculo tendo como base a "duração" do passivo do plano de benefícios, que no caso PBS CPqD foi de 11,61 anos. A taxa parâmetro a ser aplicável para este plano de benefícios é de 6,21%. A adoção da taxa de juros está limitada a um intervalo de 0.4 (quatro décimos por cento) acima da taxa de juros parâmetro ( $6,21\% + 0,4\% = 6,61\%$ ) e 70% da taxa de juros parâmetro ( $6,21\% * 70\% = 4,34\%$ ).

Portanto, de acordo com as normas mencionadas acima, a Entidade adotou a taxa de juros compreendida entre o intervalo de 4,34% a.a. até 6,61% a.a.

## Nota III.4

# PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada GAMA Consultores Associados. Os valores registrados nessas rubricas constam no Parecer Atuarial e na Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), estando o parecer elaborado pelos atuários em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>31.714</b>	<b>30.947</b>	<b>2,48</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>24.854</b>	<b>24.719</b>	<b>0,55</b>
Benefício Definido	24.854	24.719	0,55
<b>Benefício a Conceder</b>	<b>6.860</b>	<b>6.228</b>	<b>10,15</b>
Benefício Definido	6.860	6.228	10,15

## Nota III.5

# AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

### a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2016, com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 2.898, o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 15,84%.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>A) Cálculo dos Limites</b>		
<b>1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M) (i)</b>	<b>31.714</b>	<b>30.947</b>
<b>2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,61	7,70
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1*2.1)/100)*-1$	(2.413)	(2.383)
<b>3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado</b>		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,61	21,70
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	6.853	6.715
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	7.929	7.737
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3)	6.853	6.715
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
<b>4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)</b>	<b>2.898</b>	<b>1.671</b>
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	2.124	1.195
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	5.022	2.866
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	15,84	9,26

(i) São consideradas apenas as contas de provisões matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS CPqD, resultou em um valor positivo no montante de 2.124, conforme demonstrativo a seguir:

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	2022	39	108	113	5
NTN-B	2024	960	934	984	50
NTN-B	2030	2.202	6.676	7.284	608
NTN-B	2035	935	2.719	3.112	393
NTN-B	2040	2.153	6.534	7.374	840
NTN-B	2050	1.737	979	1.165	187
NTN-B	2055	935	202	242	41
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>8.961</b>	<b>18.152</b>	<b>20.276</b>	<b>2.124</b>

### Nota III.6

## COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O valor transferido do PBS CPqD para o PGA destinados ao custeio administrativo de investimentos da Entidade no exercício de 2016 foi de R\$ 19 (R\$ 20 em 2015).

### Nota III.7

## CUSTEIO DO PLANO PBS CPqD

### III. 7.1 Custeio dos Participantes

**Custeio Normal** - O quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para os participantes do plano PBS CPqD:

CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
Participantes*	P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário de Participação	0,50% a 1,50%
	1º P.A.: Percentual aplicado sobre a parcela do Salário-de-Participação que ultrapassar 1 (uma) UPS*-Unidade Padrão Sistel	1,00%
	2º P.A.: Percentual aplicado sobre a parcela do salário de participação que ultrapassar 1 (uma) UPS* - Unidade Padrão Sistel	11,00%
Autopatrocínados	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
Participantes Isentos <sup>1</sup>		0,00%

\* Valor da Unidade Padrão Sistel em 31/12/2015: R\$3.695,99  
<sup>1</sup> Participantes Isentos são aqueles que não mantiveram relação funcional com as Patrocinadoras e optaram de Benefício Proporcional Diferido (BPD) conforme disposto na Seção II do Capítulo IX do Regulamento.  
\*\*As Contribuições Normais indicadas no Plano de Custeio já se encontram embutidas das respectivas Taxas de Carregamento Administrativo indicadas no Custeio Administrativo abaixo relatado, sendo que, nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo Fundo Administrativo atual do Plano.

Custeio Extraordinário Joia Participantes - Contribuições Extraordinárias de Joia são devidas exclusivamente pelos Participantes e Participantes Autopatrocínados, pelo prazo previsto quando de sua instituição, equivalentes à aplicação do fator corretivo individual sobre a Contribuição Normal, determinado atuarialmente, em conformidade com Regulamento e Nota Técnica Atuarial específica.

### III. 7.2 Custeio da Patrocinadora

**Custeio Patronal** - as Contribuições Normais indicadas no Plano de Custeio já se encontram embutidas das respectivas Taxas de Carregamento Administrativo indicadas no Custeio Administrativo abaixo relatado, sendo que, nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo Fundo Administrativo atual do Plano. A taxa aplicável é de 6,50% a partir de 01/04/2016.

**Custeio Extraordinário** - não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

### III. 7.3 Custeio Assistidos

**Contribuição Normal** - não são previstas Contribuições Normais para os Assistidos do Plano.

**Contribuições Vinculadas ao Abono** - contribuições mensais vinculadas ao abono são devidas pelos Aposentados que receberam o Abono de Aposentadoria, mediante desconto do percentual definido, incidente sobre o benefício global pago pela Entidade, limitado ao valor do Abono. A taxa aplicável é de 10%.

**Custeio Extraordinário** - não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

## Nota III.8

# EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais plano nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Gestão previdencial</b>	<b>1.403</b>	<b>1.174</b>
Expurgos inflacionários	1.243	1.033
PIS e COFINS 2009 - auto de infração	160	141
<b>Investimentos</b>	<b>148</b>	<b>150</b>
Imposto de renda	121	117
Outros	27	33
<b>TOTAIS</b>	<b>1.551</b>	<b>1.324</b>

### O plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possíveis no exercício de 2016.

No encerramento do exercício de 2016, a Entidade realizou a revisão de todos os critérios de provisionamento dos planos de benefícios. Abaixo estão descritas as principais contingências demonstradas no quadro contingencial:

**Expurgos Inflacionários** - tratam-se de ações dos participantes que resgataram reservas, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

**PIS/COFINS - Auto de Infração** - tratam-se de dois autos de infração correspondentes a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos créditos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício.

**Imposto de Renda** - trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda. Devido necessidade de realização de depósito judicial a avaliação da probabilidade de perda é provável, razão pela qual os valores provisionados correspondem aos valores depositados.

**Outros** - tratam-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de investimentos.

## Nota III.9

# FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano PBS CPqD, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 1.179 (R\$ 1.073 em 2015).



## IV. PBS-Sistel

### **PLANO DE BENEFÍCIOS SISTEL - SISTEL**



## NOTA IV.1

# PATRIMÔNIO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência e, no exercício, a situação econômica-atuária do plano, em 2016, é superavitária em R\$ 568 (R\$ 605 - 2015), sendo deficitária no montante de R\$ 36 no exercício de 2016 (superavitária em R\$ 162.190 - 2015). O plano não apresentou reserva especial para revisão de plano nos dois exercícios.

A movimentação no quadro abaixo, demonstra os principais fatos que levaram a constituição deste resultado no exercício:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
(+) Adições Previdenciais	17	16	6,25
(-) Deduções Previdenciais	(593)	(526)	12,74
(-) Custeio Administrativo	(1)	(2)	(50,00)
(+/-) Resultado Líq. dos Investimentos	1.069	1.271	(15,89)
(+/-) (Const.)/Reversão de Contingências	(16)	(17)	(5,88)
<b>(=) Resultado Apurado</b>	<b>476</b>	<b>742</b>	<b>(35,85)</b>
Provisões Matemáticas	512	620	(17,42)
Fundos Previdenciais	-	-	-
Const. Superávit / (Déficit)	(36)	123	-

As adições previdenciais foram inferiores às deduções previdenciais. O resultado positivo dos investimentos no montante de R\$ 1.069 foi suficiente para cobrir o fluxo previdencial do plano e a constituição de contingências, porém, não foi suficiente para suportar a constituição de provisões matemáticas e conseqüentemente houve a apuração de déficit técnico no montante de R\$ 36 no exercício de 2016.

Podemos ainda, destacar outros fatores que contribuíram para formação do resultado negativo no período:

- O plano atingiu uma rentabilidade bruta de 11,9% no exercício de 2016 (15,5% em 2015);
- A rentabilidade auferida no período superou a meta atuarial de 11,21% a.a. (INPC + Juros de 4,34% a.a.);
- Houve aumento no pagamento de benefícios em 12,74% (R\$ 593 em 2016 x R\$ 526 em 2015);
- Houve redução na constituição de provisão matemática do plano de benefícios de 17,42% (R\$ 512 - 2016 x R\$ 620 - 2015), mas mesmo assim a rentabilidade auferida não foi suficiente para evitar a constituição de déficit.
- A reavaliação atuarial aumentou a obrigação com os benefícios programados futuros de assistidos, em valores revertidos em pensão em R\$ 410 (R\$ 759 - 2016 x R\$ 349 - 2015).

## CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

### IV.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>225</b>	<b>215</b>
COMPANHIAS ABERTAS	225	215
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>9.382</b>	<b>8.924</b>
RENDA FIXA (i)	9.131	8.352
AÇÕES	-	209
MULTIMERCADO	69	107
PARTICIPAÇÕES	182	256
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>103</b>	<b>65</b>
EMPRÉSTIMOS	103	65
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>9.710</b>	<b>9.204</b>

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas

(i) O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa decorreu da boa performance dos ativos da carteira em conformidade com o previsto na política de investimentos do plano.

Em 31/12/2016, a Entidade constituiu provisão para perdas em fundos de investimentos de renda fixa denominada Crédito Privado BTG Participações Primárias II no montante de R\$ 41.

### IV.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

- **“Títulos mantidos até o vencimento”**, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e/ou taxas de juros até a data do balanço. No custo de aquisição, está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados de acordo com cada critério, pelo Bradesco S.A., agente custodiante da Sistel e responsável, também, pela precificação de ativos de acordo com suas características.
- **“Títulos para negociação”**, onde os ativos são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

A Administração não reclassificou nenhum título entre as categorias "Títulos mantidos até o vencimento" e "Títulos para negociação" durante o exercício de 2016. O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

NATUREZA/TIPO	VENCIMENTO	2016			2015		
		QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Créditos Privados e Depósitos	-	199	201	224	199	201	215
Companhias Abertas	-	199	201	224	199	201	215
Debêntures	>365 Dias	199	201	224	199	201	215
<b>Fundos de Investimento</b>	-	<b>2.095.302</b>	<b>7.095</b>	<b>9.423</b>	<b>2.055.448</b>	<b>7.142</b>	<b>8.924</b>
Renda Fixa	-	2.007.449	6.890	9.241	1.964.832	6.656	8.459
Ações	-	-	-	-	2.763	281	209
Participantes	-	87.853	205	182	87.853	205	256

O estudo de ALM (Asset Liability Management), realizados para todos os Planos de Benefícios demonstrou capacidade econômico-financeira para suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos.

### IV.2.3 Operações com Participantes

A Entidade não precisou constituir provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos assistidos do plano PBS Sistel administrado pela Sistel foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

## Nota IV.3

# PREMISSAS ATUARIAIS

### a) Base de Dados

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o início do gozo de benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Sistel decorrem de estudo prévio de "aderência", que é realizado anualmente com base nas experiências obtidas para cada plano de benefícios, respectivamente, observado um período de 10 anos, objetivando garantir a perenidade e o cumprimento de todas as obrigações dos planos de benefícios.

O quadro abaixo demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do plano PBS-Sistel:

HIPÓTESES ATUARIAIS		BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Rotatividade	Não aplicável	Taxa de Juros 2015	3,80% a.a.	Tábua de Mortalidade Geral 2015	AT 2000 Female D20%
		Taxa de Juros 2016	4,34% a.a.	Tábua de Mortalidade Geral 2016	AT 2000 Female D30%
Custo de Pensão 2015	HX	Crescimento Salarial	Não aplicável	Tábua de Mortalidade de Inválidos 2015	AT 2000 Female D20%
		Fator de Capacidade 2015	0,9811	Tábua de Mortalidade de Inválidos 2016	AT 2000 Female D30%
Custo de Pensão 2016	Família Real	Fator de Capacidade 2016	0,9819	Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável
				Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável

### b) Taxa de Juros Atuarial do Plano de Benefícios

A taxa de juros real anual, utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de pagamento de benefícios e contribuições do plano de benefícios corresponde ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos.

A taxa de juros de 4,34% (3,80% - 2015) foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução PREVIC nº 23/2015 e Portaria PREVIC nº 186/2016.

Esta Portaria, estabelece a taxa de juros parâmetro a ser utilizada no cálculo tendo como base a "duração" do passivo do plano de benefícios, que no caso PBS Sistel foi de 11,66 anos. A taxa parâmetro a ser aplicável para este plano de benefícios é de 6,21%. A adoção da taxa de juros está limitada a um intervalo de 0.4 (quatro décimos por cento) acima da taxa de juros parâmetro ( $6,21\% + 0,4\% = 6,61\%$ ) e 70% da taxa de juros parâmetro ( $6,21\% * 70\% = 4,34\%$ ).

Portanto, de acordo com as normas mencionadas acima, a Entidade adotou a taxa de juros compreendida entre o intervalo de 4,34% a.a. até 6,61% a.a.

Para adoção desta taxa de juros, a Entidade optou pela taxa de juros mínima levando em conta o teste de aderência que demonstrou ser a taxa de juros adequada para ser utilizada.

## Nota IV.4

# PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada GAMA Consultores Associados. Os valores registrados nessas rubricas constam no Parecer Atuarial e na Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), estando o parecer elaborado pelos atuários em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões Matemáticas	9.013	8.501	6,02
Benefícios Concedidos	9.013	8.501	6,02
Benefício Definido	9.013	8.501	6,02

## Nota IV.5

# AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

### a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2016, com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 568, o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 18,21%.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>A) Cálculo dos Limites</b>		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M) (i)	9.013	8.501
<b>2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,66	6,90
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $[(1*2.1)/100]*-1$	(690)	(587)
<b>3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado</b>		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,66	20,90
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	1.952	1.777
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	2.253	2.125
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre o item 3.2 e 3.3)	1.952	1.777
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)	568	605
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	1.073	826
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	1.641	1.431
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	18,21	16,83

(i) São consideradas apenas as contas de provisões matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS Sistel, resultou em um valor positivo no montante de R\$ 1.073, conforme demonstrativo a seguir:

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	2022	11	33	36	3
NTN-B	2024	272	587	643	56
NTN-B	2030	624	1.892	2.193	301
NTN-B	2035	265	771	950	180
NTN-B	2040	610	1.852	2.277	425
NTN-B	2050	492	277	366	88
NTN-B	2055	265	57	76	20
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>2.539</b>	<b>5.468</b>	<b>6.541</b>	<b>1.073</b>

### Nota IV.6

## COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O valor transferido do PBS Sistel para o PGA destinado ao custeio administrativo de investimentos da Entidade, no exercício de 2016, foi de R\$ 5 (R\$ 5 em 2015).

### Nota IV.7

## CUSTEIO DO PBS SISTEL

### IV. 7.1 Custeio da Patrocinadora e dos Participantes

Uma vez que o Plano não possui Participantes Ativos, não há previsão de quaisquer contribuições para o período de vigência deste Plano de Custeio.

### IV. 7.2 Custeio Assistidos

**Contribuição normal** - não são previstas contribuições para assistidos no plano.

**Contribuições vinculadas ao abono** - contribuições mensais vinculadas ao abono são devidas pelos Aposentados que recebem o Abono de Aposentadoria, mediante desconto do percentual definido, incidente sobre o benefício global pago pela Entidade, limitado ao valor do Abono. A taxa aplicável para o custeio a partir de 01/04/2016 é de 10%.

**Custeio Extraordinário** - não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste plano de custeio.

## Nota IV.8

# EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais plano nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Gestão previdencial</b>	<b>110</b>	<b>94</b>
Expurgos inflacionários	63	53
PIS e COFINS 2009 - auto de infração	47	41
<b>TOTAIS</b>	<b>110</b>	<b>94</b>

**O plano possui classificadas como probabilidade de perda possíveis no montante de R\$ 145.**

No encerramento do exercício de 2016, a Entidade realizou a revisão de todos os critérios de provisionamento dos planos de benefícios. Abaixo estão descritas as principais contingências demonstradas no quadro contingencial:

**Expurgos Inflacionários** - tratam-se de ações dos participantes que resgataram reservas, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

**PIS/COFINS - Auto de Infração** - trata-se de dois autos de infração correspondentes a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos créditos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício.

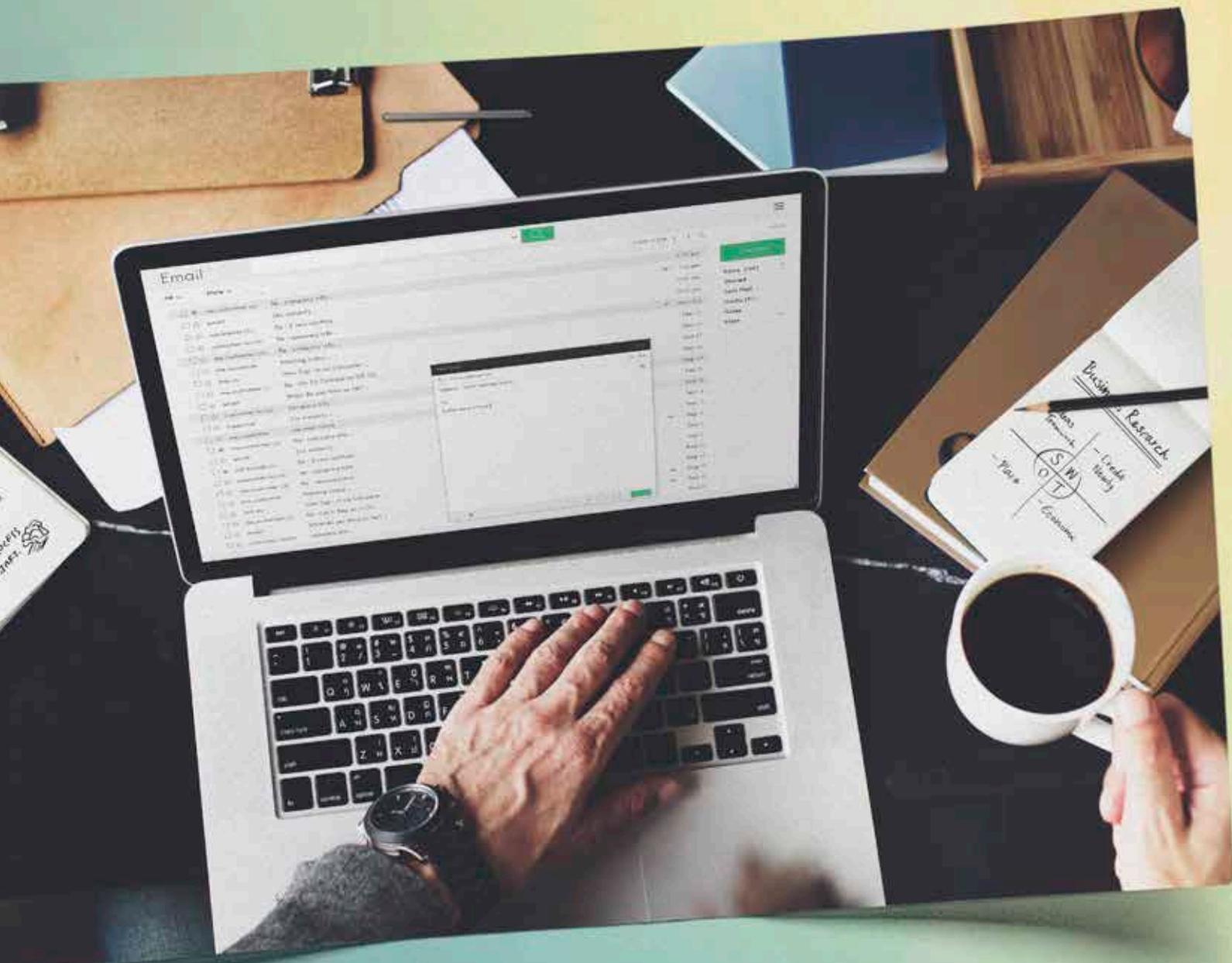
## Nota IV.9

# FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano PBS Sistel, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 522 (R\$ 484 em 2015).

## V. Plano CPqD PREV

**PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - CPQD**



# PATRIMÔNIO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência e, no exercício, a situação econômica-atuária do plano, em 2016, é superavitária em R\$ 36.312 (R\$ 5.366 - 2015), sendo R\$ 30.946 no exercício de 2016 (R\$ 5.073 - 2015). O plano não apresentou reserva especial para revisão de plano nos dois exercícios.

A movimentação no quadro abaixo, demonstra os principais fatos que levaram a constituição deste resultado no exercício:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
<b>(+)</b> Adições Previdenciais	7.702	8.156	(5,57)
<b>(-)</b> Deduções Previdenciais	(27.514)	(24.726)	11,28
<b>(-)</b> Custeio Administrativo	(343)	(362)	(5,25)
<b>(+/-)</b> Resultado Líq. dos Investimentos	69.656	71.008	(1,90)
<b>(+/-)</b> (Const.)/Reversão de Contingências	(1.535)	3.678	-
<b>(=) Resultado Apurado</b>	<b>47.966</b>	<b>57.754</b>	<b>(16,95)</b>
Provisões Matemáticas	15.255	51.586	(70,43)
Fundos Previdenciais	1.765	1.095	61,19
Const. Superávit / (Déficit)	30.946	5.073	510,01

As adições previdenciais foram inferiores às deduções previdenciais. Porém, o resultado positivo dos investimentos no montante de R\$ 69.656 foi suficiente para cobrir as deduções e constituições de contingências, formando o resultado do período de R\$ 47.966. A partir deste resultado, foram calculados atuarialmente as provisões matemáticas e os fundos previdenciais, conseqüentemente houve a formação do superávit no montante de R\$ 30.946 no exercício de 2016.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- O plano atingiu uma rentabilidade bruta de 12,32% no exercício de 2016 (13,89% em 2015);
- A rentabilidade auferida no período superou a meta atuarial de 11,22% a.a. (INPC + Juros de 4,35% a.a.);
- Houve aumento no pagamento de benefícios em 11,28% (R\$ 27.514 em 2016 x R\$ 24.726 em 2015);
- A redução na constituição de provisão matemática contribuiu, substancialmente, obter o resultado do período. A sua constituição reduziu em 70,43% (R\$ 15.255 - 2016 x R\$ 51.586 - 2015).

# CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

## V.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>29.131</b>	<b>26.415</b>
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	15.974	12.756
COMPANHIAS ABERTAS (i)	13.157	13.659
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>589.981</b>	<b>542.776</b>
RENDA FIXA (ii)	498.210	508.561
AÇÕES (i)	-	12.374
MULTIMERCADO (iv)	80.864	6.447
PARTICIPAÇÕES (iii)	10.907	15.394
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>4.924</b>	<b>5.128</b>
EMPRÉSTIMOS	4.924	5.128
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>624.036</b>	<b>574.319</b>

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas descritas

(i) A redução da posição dos investimentos em companhias abertas decorreu da liquidação antecipada das debêntures da empresa Triunfo no mês de dezembro.

(ii) A redução da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa e Renda Variável decorreu de reclassificação para Fundo de Investimento Multimercado de alguns fundos que anteriormente eram classificados como fundos renda fixa.

(iii) A redução em fundo de investimentos em Participações decorreu do encerramento do fundo de investimento em participações na GTD Participações S.A.

(iv) O aumento em fundos de investimento decorreu do aporte dos recursos resgatados dos investimentos em companhias abertas, e do encerramento do FIP GTD, e, além disso, da boa performance dos ativos da carteira.

Em 31/12/2016, a Entidade constituiu provisão para perdas em fundos de investimentos de renda fixa denominada Crédito Privado BTG Participações Primárias II no montante de R\$ 2.072.

## V.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

- **“Títulos mantidos até o vencimento”**, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e/ou taxas de juros até a data do balanço. No custo de aquisição, está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados de, acordo com cada critério, pelo Bradesco S.A., agente custodiante da Sistel e responsável, também, pela precificação de ativos de acordo com suas características.
- **“Títulos para negociação”**, onde os ativos são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

A Administração não reclassificou nenhum título entre as categorias “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação” durante o exercício de 2016. O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

NATUREZA/TIPO	VENCIMENTO	2016			2015		
		QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Créditos Privados e Depósitos	-	11.681	21.754	29.131	11.682	23.111	26.415
Companhias Abertas	-	11.661	11.754	13.157	11.662	13.111	13.660
Debêntures	>365 Dias	11.661	11.754	13.157	11.662	13.111	13.660
Instituições Financeiras	-	20	10.000	15.974	20	10.000	12.756
Letras Financeiras	>365 Dias	20	10.000	15.974	20	10.000	12.756
Fundos de Investimento	-	102.096.165	483.068	592.034	85.554.172	459.485	542.776
Renda Fixa	-	96.799.929	470.827	581.146	80.094.257	430.437	515.008
Ações	-	-	-	-	163.625	16.752	12.374
Participações	-	5.296.236	12.241	10.888	5.296.290	12.296	15.394

O estudo de ALM (Asset Liability Management), realizados para todos os Planos de Benefícios demonstrou capacidade econômico-financeira para suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos.

### V.2.3 Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos assistidos do plano CPQD Prev pela Sistel foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão para perdas é de R\$ 135 (R\$ 170 em 2015).

# PREMISSAS ATUARIAIS

## a) Base de Dados

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o início do gozo de benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Sistel decorrem de estudo prévio de "aderência", que é realizado anualmente com base nas experiências obtidas para cada plano de benefícios, respectivamente, observado um período de 10 anos, objetivando garantir a perenidade e o cumprimento de todas as obrigações dos planos de benefícios

O quadro abaixo demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do plano CPqD Prev:

HIPÓTESES ATUARIAIS		BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Rotatividade 2015	3,9% a.a.	Taxa de Juros 2015	3,80% a.a.	Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female
Rotatividade 2016	6,61% a.a.	Taxa de Juros 2016	4,35% a.a.	Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female
Custo de Pensão 2015	Benefícios Concedidos: Família Real; HX Sistel para cálculo de benefícios a conceder	Crescimento Salarial	0,33% a.a.	Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca
		Crescimento Salarial 2016	0,00% a.a.	Tábua de Entrada em Auxílio Doença 2015	GAMA - EXP. SISTEL 2008
Custo de Pensão 2016	Benefícios Concedidos: Família Real; Benefícios a Conceder: Família Padrão	Fator de Capacidade 2015	0,9812	Tábua de Entrada em Auxílio Doença 2016	GAMA - EXP. SISTEL CPQD 2006 - 2015
		Fator de Capacidade 2016	0,9820		

## b) Taxa de Juros Atuarial do Plano de Benefícios

A taxa de juros real anual, utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de pagamento de benefícios e contribuições do plano de benefícios corresponde ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos.

A taxa de juros de 4,35% (3,80% - 2015) foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução PREVIC nº 23/2015 e Portaria PREVIC nº 186/2016.

Esta Portaria, estabelece a taxa de juros parâmetro a ser utilizada no cálculo tendo como base a "duração" do passivo do plano de benefícios, que no caso CPqD Prev foi de 11,87 anos. A taxa parâmetro a ser aplicável para este plano de benefícios é de 6,21%. A adoção da taxa de juros está limitada a um intervalo de 0.4 (quatro décimos por cento) acima da taxa de juros parâmetro ( $6,21\% + 0,4\% = 6,61\%$ ) e 70% da taxa de juros parâmetro ( $6,21\% * 70\% = 4,35\%$ ).

Portanto, de acordo com as normas mencionadas acima, a Entidade adotou a taxa de juros compreendida entre o intervalo de 4,35% a.a. até 6,61% a.a.

Para adoção desta taxa de juros, a Entidade optou pela taxa de juros mínima levando em conta o teste de aderência que demonstrou ser a taxa de juros adequada para ser utilizada.

## Nota V.4

# PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada GAMA Consultores Associados. Os valores registrados nessas rubricas constam no Parecer Atuarial e na Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), estando o parecer elaborado pelos atuários em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>565.544</b>	<b>550.289</b>	<b>2,77</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>397.800</b>	<b>391.674</b>	<b>1,56</b>
Contribuição Definida	972	468	107,69
Benefício Definido	396.828	391.206	1,44
<b>Benefício a Conceder</b>	<b>167.744</b>	<b>158.615</b>	<b>5,76</b>
Contribuição Definida	149.518	136.406	9,61
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	66.791	61.293	8,97
Saldo de Contas – parcela participantes	82.727	75.113	10,14
Benefício Definido	18.226	22.209	(17,93)

## Nota V.5

# AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

### a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2016, com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 36.312, o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 21,95%.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>A) Cálculo dos Limites</b>		
<b>1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M) (i)</b>	<b>415.054</b>	<b>413.414</b>
<b>2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,87	8,90
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $[(1*2.1)/100]*-1$	(32.665)	(36.794)
<b>3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado</b>		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,87	22,90
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	90.772	94.672
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	103.764	103.354
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3)	90.772	94.672
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
<b>4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)</b>	<b>36.312</b>	<b>5.366</b>
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	54.780	68.547
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	91.092	73.913
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	21,95	17,88

(i) São consideradas apenas as contas de provisões matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano CPqD Prev, resultou em um valor positivo no montante de R\$ 54.780, conforme demonstrativo a seguir:

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	2022	693	2.087	2.259	172
NTN-B	2024	17.088	51.986	56.893	4.907
NTN-B	2030	39.179	118.805	137.572	18.767
NTN-B	2035	11.674	33.971	41.821	7.850
NTN-B	2040	33.928	103.378	126.462	23.084
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>102.562</b>	<b>310.227</b>	<b>365.007</b>	<b>54.780</b>

## Nota V.6

# FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Fundo de cobertura especial	10.143	8.378
<b>TOTAIS</b>	<b>10.143</b>	<b>8.378</b>

**Fundo de Cobertura Especial (FCE)** - constituído para a cobertura dos efeitos de variações desfavoráveis dos parâmetros demográficos, econômicos e atuariais, fixados na elaboração do plano de custeio anual.

## Nota V.7

# COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O valor transferido do CPqD Prev para o PGA destinado ao custeio de investimentos das atividades administrativas da Entidade, no exercício de 2016, foi de R\$ 331 (R\$ 345 em 2015).

## Nota V.8

# CUSTEIO DO PLANO CPQD PREV

### V. 8.1 Custeio dos Participantes

**Custeio Normal** - O quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para os participantes do plano CPqD Prev:

CUSTEIO NORMAL	TAXA APLICÁVEL -PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO (A PARTIR DE 01/04/2016)
Participantes	<b>Contribuição Básica</b> - Percentual livremente escolhido pelos Participantes Vinculados, variando 1% a 8% do Salário-de-Participação.
	<b>Contribuição Voluntária</b> - Valor livremente escolhido pelos Participantes Vinculados, limitados a 22% do Salário-de-Participação, desde que o percentual da Contribuição Básica seja de 8%.
	<b>Contribuição Esporádica</b> - Valor livremente escolhido pelos Participantes, e não poderá ser inferior a 10% do teto do Salário-de-Participação.
	<b>Contribuição de Risco</b> - 0,1080% (incidente sobre o Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes).
Autopatrocinados	Idêntica a dos Participantes, adiciona daquela em nome da Patrocinadora.
Participantes BPD	Isento

As Contribuições Normais indicadas no Plano de Custeio já se encontram embutidas das respectivas Taxas de Carregamento Administrativo abaixo relatado, sendo que, nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo Fundo Administrativo atual do Plano.

**Custeio Extraordinário Joia Participantes** - Contribuições Extraordinárias de Joia são devidas exclusivamente pelos Participantes e Participantes Autopatrocinados, pelo prazo previsto quando de sua instituição, equivalentes à aplicação do fator corretivo individual sobre a Contribuição Normal, determinado atuarialmente, em conformidade com Regulamento e Nota Técnica Atuarial específica.

## V. 8.2 Custeio da Patrocinadora

**Custeio Patronal** - O quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para as patrocinadoras do plano CPqD Prev:

CUSTEIO NORMAL	TAXA APLICÁVEL -PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO (A PARTIR DE 01/04/2016)
Participantes	<b>Contribuição Básica</b> - de valor equivalente à contribuição básica dos participantes vinculados;
	<b>Contribuição Específica</b> - destinada a assegurar a observância do limite mínimo fixado na legislação para o valor do benefício;
	<b>Contribuição Variável (Eventual)</b> - definida pela patrocinadora, obedecendo a critérios uniformes e não discriminatórios para os participantes vinculados.
	<b>Contribuição de Risco</b> - 0,1080% (incidente sobre a folha de salário participação dos participantes não migrantes vinculados.

**Custeio Extraordinário** - não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

## V. 8.3 Custeio Assistidos

Não há previsão de contribuições normais ou extraordinárias de Assistidos para o período de vigência deste Plano de Custeio.

### Nota V.9

## EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais plano nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Gestão previdencial</b>	<b>9.591</b>	<b>8.055</b>
Expurgos inflacionários	7.839	6.518
PIS e COFINS 2009 - auto de infração	1.752	1.537
<b>Investimentos</b>	<b>672</b>	<b>651</b>
Imposto de renda	667	645
Outros	5	6
<b>TOTAIS</b>	<b>10.263</b>	<b>8.706</b>

O plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possíveis no exercício.

No encerramento do exercício de 2016, a Entidade realizou a revisão de todos os critérios de provisionamento dos planos de benefícios. Abaixo estão descritas as principais contingências demonstradas no quadro contingencial:

**Expurgos Inflacionários** - tratam-se de ações dos participantes que resgataram reservas, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

**PIS/COFINS - Auto de Infração** - tratam-se de dois autos de infração correspondentes a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos créditos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício.

**Imposto de Renda** - trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda. Devido necessidade de realização de depósito judicial a avaliação da probabilidade de perda é provável, razão pela qual os valores provisionados correspondem aos valores depositados.

**Outros** - tratam-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de imóveis.

## Nota V.10

# FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano CPQD Prev, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 39.983 (R\$ 35.674 em 2015).

## Nota V.11

# CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO

As contribuições em atraso estão registradas no subgrupo "Recursos a Receber" do Ativo Realizável da Gestão Previdencial, de acordo com a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Atualmente, há contribuições em atraso apenas para autopatrocinados no montante de R\$ 7.

## VI. Plano TelebrasPrev

**PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA TELEBRASPREV**



# PATRIMÔNIO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência e, no exercício, a situação econômica-atuarial do plano, em 2016, é superavitária em R\$ 91.559 (R\$ 62.571 - 2015), sendo R\$ 28.988 no exercício de 2016 (deficitária no montante de R\$ 107.841 - 2015). O plano apresenta uma reserva especial para revisão de plano no montante de R\$ 31.061 (não apresentou em 2015).

A movimentação no quadro abaixo, demonstra os principais fatos que levaram a constituição deste resultado no exercício:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
(+) Adições Previdenciais	3.179	2.902	9,55
(-) Deduções Previdenciais	(16.151)	(14.871)	8,61
(-) Custeio Administrativo	(142)	(130)	9,23
(+/-) Resultado Líq. dos Investimentos	78.262	65.582	19,33
(+/-) (Const.)/Reversão de Contingências	(1.370)	(1.617)	(15,28)
<b>(=) Resultado Apurado</b>	<b>63.778</b>	<b>51.866</b>	<b>22,97</b>
Provisões Matemáticas	8.181	29.358	(72,13)
Fundos Previdenciais	26.609	130.349	(79,59)
Const. Superávit / (Déficit)	28.988	(107.841)	-

As adições previdenciais foram inferiores às deduções previdenciais. Porém, o resultado positivo dos investimentos no montante de R\$ 78.262 foi suficiente para cobrir as deduções e constituições de contingências, formando o resultado do período de R\$ 63.778. A partir deste resultado, foram calculados atuarialmente as provisões matemáticas e os fundos previdenciais, conseqüentemente houve a formação do superávit no montante de R\$ 28.988 no exercício de 2016.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- O plano atingiu uma rentabilidade bruta de 12,85% no exercício de 2016 (11,79% em 2015);
- A rentabilidade auferida no período superou a meta atuarial 11,22% a.a. (INPC + Juros de 4,35% a.a.);
- Houve aumento no pagamento de benefícios em 8,61% (R\$ 16.151 em 2016 x R\$ 14.871 em 2015);
- Neste exercício a constituição de fundo previdencial reduziu em 79,59% (R\$ 26.609 - 2016 x R\$ 130.349 - 2015);
- Houve redução na constituição de provisão matemática do plano em 72,13% (R\$ 8.181 - 2016 x R\$ 29.358 - 2015).

# CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

## VI.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>33.385</b>	<b>32.068</b>
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	19.169	15.307
COMPANHIAS ABERTAS (i)	14.216	16.761
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>644.476</b>	<b>580.658</b>
RENDA FIXA (ii)	311.978	544.623
AÇÕES (i)	-	13.340
MULTIMERCADO (iv)	321.503	6.884
PARTICIPAÇÕES (iii)	10.995	15.811
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>3.880</b>	<b>3.717</b>
EMPRÉSTIMOS	3.880	3.717
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>681.741</b>	<b>616.443</b>

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas

(i) A redução do investimento em companhias abertas decorreu da liquidação antecipada das debentures da empresa Triunfo no mês de dezembro.

(ii) A redução da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa e Renda Variável decorreu de reclassificação para Fundo de Investimento Multimercado de alguns fundos que anteriormente eram classificados como fundos renda fixa.

(iii) A redução em fundo de investimentos em Participações decorreu do encerramento do fundo de investimento em participações na GTD Participações S.A.

(iv) O aumento em fundos de investimento decorreu do aporte dos recursos resgatados dos investimentos em companhias abertas, e do encerramento do FIP GTD, e, além disso, da boa performance dos ativos da carteira.

Em 31/12/2016, a Entidade constituiu provisão para perdas em fundos de investimentos de renda fixa denominada Crédito Privado BTG Participações Primárias II no montante de R\$ 1.858).

## VI.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

- **“Títulos mantidos até o vencimento”**, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e/ou taxas de juros até a data do balanço. No custo de aquisição, está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados de, acordo com cada critério, pelo Bradesco S.A., agente custodiante da Sistel e responsável, também, pela precificação de ativos de acordo com suas características.
- **“Títulos para negociação”**, onde os ativos são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

A Administração não reclassificou nenhum título entre as categorias “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação” durante o exercício de 2016. O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

NATUREZA/TIPO	VENCIMENTO	2016			2015		
		QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Créditos Privados e Depósitos	-	12.626	24.702	33.385	12.629	28.774	32.067
Companhias Abertas	-	12.602	12.702	14.216	12.605	16.774	16.761
Debêntures	>365 Dias	12.602	12.702	14.216	12.605	16.774	16.761
Instituições Financeiras	-	24	12.000	19.169	24	12.000	15.307
Letras Financeiras	>365 Dias	24	12.000	19.169	24	12.000	15.307
Fundos de Investimento	-	87.085.478	554.262	646.309	63.309.817	512.685	580.658
Renda Fixa	-	81.378.409	541.777	635.339	57.426.260	482.156	551.507
Ações	-	-	-	-	176.419	17.974	13.340
Participações	-	5.707.069	12.485	10.970	5.707.138	12.555	15.811

O estudo de ALM (Asset Liability Management), realizados para todos os Planos de Benefícios demonstrou capacidade econômico-financeira para suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos.

## VI.2.3 Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos assistidos do plano TelebrasPrev pela Sistel foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão para perdas é de R\$ 44 (R\$ 28 em 2015).

## Nota VI.3

# PREMISSAS ATUARIAIS

### a) Base de Dados

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o início do gozo de benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Sistel decorrem de estudo prévio de "aderência", que é realizado anualmente com base nas experiências obtidas para cada plano de benefícios, respectivamente, observado um período de 10 anos, objetivando garantir a perenidade e o cumprimento de todas as obrigações dos planos de benefícios.

O quadro abaixo demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do plano TelebrasPrev:

HIPÓTESES ATUARIAIS		BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Rotatividade 2016	6,61% a.a.	Taxa de Juros 2015	3,8% a.a.	Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female
		Taxa de Juros 2016	4,35% a.a.	Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female
Custo de Pensão 2015	Benefícios Concedidos: Família Real; HX Sistel para cálculo de benefícios a conceder	Crescimento Salarial 2016	0,00% a.a.	Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca
				Tábua de Entrada em Auxílio Doença 2015	GAMA - EXP. SISTEL 2008
Custo de Pensão 2016	Benefícios Concedidos: Família Real; Benefícios a Conceder: Família Padrão	Fator de Capacidade	0,9812	Tábua de Entrada em Auxílio Doença 2016	GAMA - EXP. SISTEL TELEBRÁS 2006 - 2015
		Fator de Capacidade	0,9820		

### b) Taxa de Juros Atuarial do Plano de Benefícios

A taxa de juros real anual, utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de pagamento de benefícios e contribuições do plano de benefícios corresponde ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos.

A taxa de juros de 4,35% (3,80% - 2015) foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução PREVIC nº 23/2015 e Portaria PREVIC nº 186/2016.

Esta Portaria, estabelece a taxa de juros parâmetro a ser utilizada no cálculo tendo como base a "duração" do passivo do plano de benefícios, que no caso TelebrasPrev foi de 11,42 anos. A taxa parâmetro a ser aplicável para este plano de benefícios é de 6,21%. A adoção da taxa de juros está limitada a um intervalo de 0.4 (quatro décimos por cento) acima da taxa de juros parâmetro ( $6,21\% + 0,4\% = 6,61\%$ ) e 70% da taxa de juros parâmetro ( $6,21\% * 70\% = 4,35\%$ ). Portanto, de acordo com as normas mencionadas acima, a Entidade adotou a taxa de juros compreendida entre o intervalo de 4,35% a.a. até 6,61% a.a.

Para adoção desta taxa de juros, a Entidade optou pela taxa de juros mínima levando em conta o teste de aderência que demonstrou ser a taxa de juros adequada para ser utilizada.

## Nota VI.4

# PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada GAMA Consultores Associados. Os valores registrados nessas rubricas constam no Parecer Atuarial e na Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), estando o parecer elaborado pelos atuários em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>342.420</b>	<b>334.239</b>	<b>2,45</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>226.729</b>	<b>225.376</b>	<b>0,60</b>
Benefício Definido	226.729	225.376	0,60
<b>Benefício a Conceder</b>	<b>115.691</b>	<b>108.863</b>	<b>6,27</b>
Contribuição Definida	59.982	52.387	14,50
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	12.400	10.158	22,07
Saldo de Contas - parcela participantes	47.582	42.229	12,68
Benefício Definido	55.709	56.476	(1,36)



## Nota VI.5

# AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

### a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2016, com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 91.559, o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 45,32%.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>A) Cálculo dos Limites</b>		
<b>1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M) (i)</b>	<b>282.438</b>	<b>281.852</b>
<b>2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,42	8,20
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $(((1*2.1)/100)*-1$	(20.957)	(23.112)
<b>3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado</b>		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,42	22,20
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	60.498	62.571
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	70.609	70.463
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3)	60.498	62.571
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
<b>4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)</b>	<b>91.559</b>	<b>62.571</b>
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	36.435	41.831
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	127.994	104.402
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	45,32	37,04

(i) São consideradas apenas as contas de provisões matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano TelebrasPrev, resultou em um valor positivo no montante de R\$ 36.435, conforme demonstrativo a seguir:

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	2022	4.636	1.265	1.369	104
NTN-B	2024	114.246	31.511	34.485	2.975
NTN-B	2030	261.936	72.012	83.388	11.376
NTN-B	2035	111.257	29.331	36.136	6.805
NTN-B	2040	234.035	64.598	79.088	14.490
NTN-B	2050	8.296	2.226	2.912	686
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>734.406</b>	<b>200.943</b>	<b>237.378</b>	<b>36.435</b>

## Nota VI.6

# FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Fundo de desvios espectrais do plano	47.832	42.447
Fundo de reversão de valores às patrocinadoras-2012	60.668	53.887
Fundo de reversão de valores aos assistidos e participantes -2012	60.668	53.887
Fundo de recomposição Reserva de Contingência - Reserva Especial	14.553	12.927
Fundo de cobertura especial	53.982	47.947
<b>TOTAIS</b>	<b>237.703</b>	<b>211.095</b>

### VI.6.1 Fundo para Revisão de Plano

São destinados e constituídos especificamente para o atendimento à distribuição de superávit em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

**Fundo Previdencial para Cobertura de Desvios Espectrais do Plano** - tem por finalidade garantir as oscilações de riscos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, em decorrência de variações conjugadas dos parâmetros utilizados para o cálculo das provisões, executando-se as variações em decorrência de juros técnicos e da tábua biométrica, que serão definidas em fundos específicos, quando for o caso. Esse fundo está relacionado apenas ao Plano PBS-Telebras.

**Fundo de Reversão de Valores às Patrocinadoras e Assistidos 2012** - constituídos para distribuição de superávit, obedecendo à proporção contributiva, consoante com a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade.

### VI.6.2 Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial

**Fundo de Cobertura de Demandas Judiciais FCDJ** - tem por finalidade cobrir o impacto decorrente de eventual sucesso, parcial ou total, de demandas judiciais em relação à gestão previdencial do Plano.

**Fundo de Cobertura Especial** - constituído para a cobertura da segregação das submassas, para destinação da Reserva Especial específica desta submassa e para garantia de oscilação de risco específicos.



### Nota VI.7

## **COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

O valor transferido do TelebrasPrev para o PGA destinado ao custeio de investimentos das atividades administrativas da Entidade no exercício de 2016 foi de R\$ 350 (R\$ 368 em 2015).

# CUSTEIO DO TELEBRASPREV

## VI. 8.1 Custeio dos Participantes

**Custeio Normal** - O quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para os participantes do plano TelebrasPrev:

CUSTEIO NORMAL DOS PARTICIPANTES*	TAXA APLICADA - PLANO DE CUSTEIO A PARTIR DE 01/04/2016
Participantes	Contribuição Ordinária Obrigatória - 2% do salário de participação + 3% sobre o excesso do salário de participação em relação à parcela Previdenciária
	Contribuição Adicional (Facultativa) - Múltiplos de 0,5% do salário de participação (prazo não inferior a 12 meses)
	Contribuição Eventual (facultativa) Não poderá ser inferior a 5% do teto do salário de participação
	Contribuição de Risco (obrigatória para não migrantes) - 0,28% do salário de participação
Autopatrocinados	Idêntica a dos participantes adicionada daquela em nome da patrocinadora
Participantes em BPD	Não efetua contribuição Normal

As Contribuições Normais indicadas no Plano de Custeio já se encontram embutidas das respectivas Taxas de Carregamento Administrativo abaixo relatado, sendo que, nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo Fundo Administrativo atual do Plano.

**Custeio Extraordinário Participantes** - Não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

## VI. 8.2 Custeio da Patrocinadora

**Custeio Patronal** - o quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para as patrocinadoras do plano TelebrasPrev:

CUSTEIO NORMAL	TAXA APLICÁVEL - PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO (A PARTIR DE 01/04/2016)
Patrocinadora	Contribuição Ordinária - Equivalente à contribuição ordinária do participante vinculado e adicional do participante vinculado, até o limite de 8% do salário de participação.
	Contribuição de Risco (Obrigatória para não migrantes) - 0,28% do salário de participação.

**Custeio Extraordinário** - não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

## VI. 8.3 Custeio Assistidos

Não há previsão de contribuições normais ou extraordinárias de Assistidos para o período de vigência deste Plano de Custeio.

## EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais plano nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Gestão previdencial</b>	<b>8.079</b>	<b>6.842</b>
Expurgos inflacionários	1.144	1.240
PIS e COFINS 2009 - auto de infração	6.316	5.539
Demandas Judiciais	549	-
IRRF s/ Reserva de Poupança	70	63
<b>TOTAIS</b>	<b>8.079</b>	<b>6.842</b>

O plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possíveis no exercício.

No encerramento do exercício de 2016, a Entidade realizou a revisão de todos os critérios de provisionamento dos planos de benefícios. Abaixo estão descritas as principais contingências demonstradas no quadro contingencial:

**Expurgos Inflacionários** - tratam-se de ações dos participantes que resgataram reservas, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

**PIS/COFINS - Auto de Infração** - tratam-se de dois autos de infração correspondentes a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos créditos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício.

**Demandas Judiciais** - tratam-se de ações de reajustes dos benefícios concedidos, ajuizadas somente contra a Sistel por assistidos do Plano TelebrasPrev.

**IRRF Reserva de Poupança** - Provisão constituída para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda.

## FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano TelebrasPrev, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 95.285 (R\$ 83.943 em 2015).

## VII. InovaPrev

### **PLANO DE APOSENTADORIA INOVAPREV**



## **PRINCIPAIS MOVIMENTAÇÕES DO PLANO NO EXERCÍCIO**

Abaixo estão elencados os principais fatos que contribuíram para evolução do plano no exercício:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
<b>(+)</b> Adições Previdenciais	9.212	10.720	(14,07)
<b>(-)</b> Deduções Previdenciais	(12.420)	(15.952)	(22,14)
<b>(-)</b> Custeio Administrativo	(477)	(505)	(5,54)
<b>(+/-)</b> Resultado Líq. dos Investimentos	18.863	12.704	48,48
<b>(+/-)</b> (Const.)/Reversão de Contingências	(249)	209	-
<b>(=) Resultado Apurado</b>	<b>14.929</b>	<b>7.176</b>	<b>108,04</b>
Provisões Matemáticas	16.800	1.804	831,26
Fundos Previdenciais	(1.871)	5.372	-
Const. Superávit / (Déficit)	-	-	-

No exercício, as saídas de recursos foram superiores às entradas. A rentabilidade auferida no período, foi suficiente para cobrir todas as reduções patrimoniais e o resultado no montante de R\$ 14.929 foi individualizado no saldo de contas dos participantes e assistidos. A Reversão de fundo previdencial deve-se pelo seu uso para abatimento de contribuições.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- Por ser um plano de Contribuição Definida (CD puro), o plano não apresenta resultado;
- Foi auferida uma rentabilidade bruta de 13,24% no exercício de 2016 (9,49% em 2015);
- A rentabilidade auferida no período superou a meta atuarial de 11,25% a.a. (INPC + Juros de 4,38%);
- Houve redução de 22,14% nas despesas previdenciais do plano (R\$ 12.420 em 2016 x R\$ 15.952 em 2015); A redução deve-se, principalmente, pelas portabilidades e solicitações de resgates no exercício de 2016.
- O plano está utilizando o fundo previdencial para abatimento de contribuições, conforme demonstrado na nota de fundos previdenciais;
- Houve aumento na constituição de provisão matemática do plano em 831,26% (R\$ 16.800 - 2016 x R\$ 1.804 - 2015).

## CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

### VII.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>7.432</b>	<b>8.571</b>
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	3.994	3.189
COMPANHIAS ABERTAS (i)	3.438	5.382
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>146.121</b>	<b>130.295</b>
RENDA FIXA (ii)	194	121.332
AÇÕES	-	3.233
MULTIMERCADO (iv)	143.065	1.689
PARTICIPAÇÕES (iii)	2.862	4.040
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.771</b>	<b>5.040</b>
EMPRÉSTIMOS	5.771	5.040
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>159.324</b>	<b>143.906</b>

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas descritas

(i) A redução do investimento em companhias abertas decorreu da liquidação antecipada das debêntures da empresa Triunfo no mês de dezembro.

(ii) A redução da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa e Renda Variável decorreu de reclassificação para Fundo de Investimento Multimercado de alguns fundos que anteriormente eram classificados como fundos renda fixa.

(iii) A redução em fundo de investimentos em Participações decorreu do encerramento do fundo de investimento em participações na GTD Participações S.A.

(iv) O aumento em fundos de investimento decorreu do aporte dos recursos resgatados dos investimentos em companhias abertas, e, além disso, da boa performance dos ativos da carteira.

### VII.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

- **“Títulos mantidos até o vencimento”**, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e/ou taxas de juros até a data do balanço. No custo de aquisição, está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados, de acordo com cada critério, pelo Bradesco S.A., agente custodiante da Sistel e responsável, também, pela precificação de ativos de acordo com suas características.

- **“Títulos para negociação”**, onde os ativos são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

A Administração não reclassificou nenhum título entre as categorias “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação” durante o exercício de 2016. O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

NATUREZA/TIPO	VENCIMENTO	2016			2015		
		QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Créditos Privados e Depósitos	-	3.052	5.288	7.432	3.054	8.003	8.571
Companhias Abertas	-	3.047	2.918	3.438	3.049	5.633	5.382
Debêntures	>365 Dias	3.047	2.918	3.438	3.049	5.633	5.382
Instituições Financeiras	-	5	2.370	3.994	5	2.370	3.189
Letras Financeiras	>365 Dias	5	2.370	3.994	5	2.370	3.189
Fundos de Investimento	-	11.789.464	136.095	146.658	5.195.494	123.849	130.294
Renda Fixa	-	10.397.483	132.774	143.802	3.760.749	116.372	123.021
Ações	-	-	-	-	42.750	4.142	3.233
Participações	-	1.391.981	3.321	2.856	1.391.995	3.335	4.040

O estudo de ALM (Asset Liability Management), realizados para todos os Planos de Benefícios, demonstrou capacidade econômico-financeira para suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos.

Em 31/12/2016, a Entidade constituiu provisão para perdas em fundos de investimentos de renda fixa denominada Crédito Privado BTG Participações Primárias II no montante de R\$ 541.

### VII.2.3 Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos assistidos do plano InovaPrev pela Sistel foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão para perdas é de R\$ 64 (R\$ 122 em 2015).

## Nota VII.3

# PREMISSAS ATUARIAIS

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o início do gozo de benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa

de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Sistel decorrem de estudo prévio de "aderência", que é realizado anualmente com base nas experiências obtidas para cada plano de benefícios, respectivamente, observado um período de 10 anos, objetivando garantir a perenidade e o cumprimento de todas as obrigações dos planos de benefícios.

O quadro abaixo demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do plano InovaPrev:

HIPÓTESES ATUARIAIS		BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Rotatividade 2015	6,42% a.a.	Taxa de Juros 2015	3,80% a.a.	Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female
Rotatividade 2016	GAMA - EXP. SISTEL CPqD 2006 - 2015 (Taxa média de 8,99% ao ano até a idade da aposentadoria e nula após essa idade)	Taxa de Juros 2016	4,38% a.a.	Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female
Custo de Pensão 2015	Benefícios Concedidos: Família Real; HX Sistel para cálculo de benefícios a conceder.	Crescimento Salarial 2015	Não Aplicável	Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca
		Crescimento Salarial 2016	0,00% a.a.		
Custo de Pensão 2016	Benefícios Concedidos: Família Real; Benefícios a Conceder: Família Padrão	Fator de Capacidade	0,9812	Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável
		Fator de Capacidade	0,9820		

## Nota VII.4

# PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada GAMA Consultores Associados. Os valores registrados nessas rubricas constam no Parecer Atuarial e na Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), estando o parecer elaborado pelos atuários em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>135.673</b>	<b>118.873</b>	<b>14,13</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>25.292</b>	<b>21.878</b>	<b>15,60</b>
Contribuição Definida	25.292	21.878	15,60
<b>Benefício a Conceder</b>	<b>110.381</b>	<b>96.995</b>	<b>13,80</b>
Contribuição Definida	110.381	96.995	13,80
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	44.996	39.198	14,79
Saldo de Contas - parcela participantes	65.385	57.797	13,13

## **FUNDOS PREVIDENCIAIS**

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Conta de destinação de Excedentes - CDE	416	188
Fundo de cobertura de Riscos	16.979	23.499
Fundo de Suporte de Contribuições	4.421	-
<b>TOTAIS</b>	<b>21.816</b>	<b>23.687</b>

### **VII.5.1 Fundos para Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar**

São aqueles previstos nos regulamentos dos planos de benefícios e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais, os quais preveem as condições de constituição, manutenção e destinação desses fundos. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

**Conta de Destinação de Excedentes - CDE** - será constituída por parcelas da Conta Identificada da Patrocinadora (CPI), não destinada ao pagamento de Benefícios, nos casos de opção pelo instituto de Resgate por Participantes com menos de 2 (dois) anos de vinculação ao Plano, ou pelo saldo dessa conta em caso de morte de Participante ou do saldo remanescente da Conta Individual de Benefícios (CIB), no caso de Assistido, sendo que, em ambos os casos, Participantes e Assistidos, resulte na inexistência de Beneficiários, Beneficiários Designados ou herdeiros habilitados, depois de prescritos.

### **VII.5.2 Outros previstos em nota técnica atuarial**

**Fundo de Cobertura de Riscos** - tem a finalidade de acumular os recursos vertidos pelos Participantes Autopatrocinados e Patrocinadoras por meio das Contribuições de Risco. O fundo será destinado ao pagamento vitalício dos Benefícios de Risco, sendo utilizado somente após o esgotamento os recursos das Contas CPI e CIP.

**Fundo de suporte de contribuições** - constituído com a finalidade de abatimento de contribuições patronais e autopatrocinados de acordo com o respectivo regulamento do plano de benefícios. O quadro abaixo demonstra o montante vertido desse fundo no exercício:

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	TAXA DE CARREGAMENTO	TOTAL
Patrocinador	688	70	758
Autopatrocinados	22	2	24
<b>TOTAL</b>	<b>710</b>	<b>72</b>	<b>782</b>



### **Nota VII.6**

## **CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO**

As contribuições em atraso estão registradas no subgrupo “Recursos a Receber” do Ativo Realizável da Gestão Previdencial, de acordo com a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Atualmente, não há contribuições em atraso. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo das Contribuições em Atraso era de R\$ 11.

### **Nota VII.7**

## **CUSTEIO DO PLANO INOVAPREV**

## VII.7.1 Custeio das Patrocinadoras

CONTRIBUIÇÃO NORMAL	
Participantes	<b>Contribuição Normal</b> - de valor equivalente à contribuição normal básica dos participantes
	<b>Contribuição de Risco</b> - 0,00%
	<b>Contribuição Extraordinária Variável da Patrocinadora</b> - Caráter e frequência facultativos a serem estabelecidos pelas patrocinadoras.

As contribuições normais indicadas no plano de custeio já se encontram embutidas nas respectivas taxas de carregamento administrativo indicadas no custeio administrativo abaixo relatado. Foi avaliada a necessidade de contribuições para custeio de riscos e chegou-se à conclusão que não há necessidade do pagamento destas contribuições. O valor da obrigação do plano com o pagamento dos benefícios de riscos é constantemente monitorado e avaliado.

## VII.7.2 Custeio dos participantes

CONTRIBUIÇÃO NORMAL	
Participantes	<b>Contribuição Normal</b> - percentual livremente escolhidos pelos participantes, variando de 1% a 8%, considerando os percentuais inteiros, do salário de participação.
	<b>Contribuição Extraordinária voluntária do Participante</b> - de caráter e frequência facultativos, correspondente a um percentual inteiro incidente sobre o salário de participação limitado a 22%; desde que o percentual da contribuição seja 8%.
	<b>Contribuição Extraordinária Esporádica do Participante</b> - de caráter individual e facultativo, de periodicidade esporádica e de valor estabelecido pelo participante, observado o mínimo de 400 cotas no mês correspondente.
Autopatrocina	<b>Contribuição de Risco</b> - 0,00 %
	<b>Contribuição Normal</b> - Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da patrocinadora.
Participantes BPD	Isentos

As contribuições normais indicadas no plano de custeio já se encontram embutidas nas respectivas taxas de carregamento administrativo indicadas no custeio administrativo abaixo relatado, sendo que, nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo fundo administrativo atual do plano.

## VII.7.3 - Custeio dos assistidos

Não há previsão de contribuições normais ou extraordinárias de Assistidos para o período de vigência deste Plano de Custeio.

## VII.7.4 - Custeio Extraordinário Patrocinadoras e Participantes

Não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

## Nota VII.8

# EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais plano nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Gestão previdencial</b>	<b>1.667</b>	<b>1.417</b>
Expurgos inflacionários	987	821
PIS e COFINS 2009 - auto de infração	680	596
<b>Investimentos</b>	<b>183</b>	<b>178</b>
Imposto de renda	182	176
Outros	1	2
<b>TOTAIS</b>	<b>1.850</b>	<b>1.595</b>

O plano possui ações classificadas como probabilidade de perda possíveis no exercício de 2016.

No encerramento do exercício de 2016, a Entidade realizou a revisão de todos os critérios de provisionamento dos planos de benefícios. Abaixo estão descritas as principais contingências demonstradas no quadro contingencial:

**Expurgos Inflacionários** - tratam-se de ações dos participantes que resgataram reservas, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

**PIS/COFINS - Auto de Infração** - tratam-se de dois autos de infração correspondentes a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos créditos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício.

**Imposto de Renda** - trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda. Devido necessidade de realização de depósito judicial a avaliação da probabilidade de perda é provável, razão pela qual os valores provisionados correspondem aos valores depositados.

**Outros** - tratam-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de investimentos.

## Nota VII.9

# COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O valor transferido do InovaPrev para o PGA, destinado ao custeio administrativo de investimentos da Entidade, no exercício de 2016, foi de R\$ 89 (R\$ 89 em 2015).

## Nota VII.10

# FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano InovaPrev, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 8.870 (R\$ 8.502 em 2015).



## VIII. PAMA

### PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO APOSENTADO



## Nota VIII.1

# PRINCIPAIS MOVIMENTAÇÕES DO PLANO NO EXERCÍCIO

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência e, no exercício, a situação econômica-atuária do plano assistencial, em 2016, é superavitária em R\$ 20.962 (R\$ 83.226 - 2015).

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
(+) Adições Previdenciais	93.487	3.137.689	(97,02)
(-) Deduções Previdenciais	(269.316)	(236.585)	13,83
(-) Custeio Administrativo	(11.752)	(10.216)	15,04
(+/-) Resultado Líq. dos Investimentos	446.982	158.032	182,84
(+/-) (Const.)/Reversão de Contingências	(5.670)	(8.897)	(36,27)
<b>(=) Resultado Apurado</b>	<b>253.731</b>	<b>3.040.023</b>	<b>(91,65)</b>
Provisões Matemáticas	478.920	3.084.979	(84,48)
Fundos Previdenciais	(162.926)	(128.182)	27,11
Const. Superávit / (Déficit)	(62.263)	83.226	-

No exercício, as despesas assistenciais foram superiores às entradas de recursos. No exercício de 2015, ocorreu a transferência de recursos do plano PBS-A para o PAMA no montante de R\$ 3.042.255 o que justifica a variação observada em adições assistenciais.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- Foi auferida uma rentabilidade bruta de 13,61% no exercício de 2016 (14,33% em 2015);
- A rentabilidade auferida no período superou a meta atuarial de 10,63% a.a. (INPC + Juros de 3,8% a.a.);
- Houve aumento de 13,83% nas despesas assistenciais (R\$ 269.316 em 2016 x R\$ 236.585 em 2015); O aumento deve-se, principalmente, pelo aumento nos repasses de faturas médicas às operadoras;
- Em novembro/2016, o fundo de assistência médica financeira foi zerado sendo totalmente utilizado no exercício.

## CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

### IV.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	2016	2015
FUNDOS DE INVESTIMENTO	3.621.914	3.354.100
RENTA FIXA	3.621.914	3.354.100
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>3.621.914</b>	<b>3.354.100</b>

### VIII.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

- **“Títulos mantidos até o vencimento”**, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e/ou taxas de juros até a data do balanço. No custo de aquisição, está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados, de acordo com cada critério, pelo Bradesco S.A., agente custodiante da Sistel e responsável, também, pela precificação de ativos de acordo com suas características.
- **“Títulos para negociação”**, onde os ativos são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

A Administração não reclassificou nenhum título entre as categorias “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação” durante o exercício de 2016. O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

NATUREZA/TIPO	VENCIMENTO	2016			2015		
		QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Fundos de Investimento	-	163.547.148	3.196.622	3.621.914	136.605.359	3.249.709	3.354.100
Renda Fixa	-	163.547.148	3.196.622	3.621.914	136.605.359	3.249.709	3.354.100

O estudo de ALM (Asset Liability Management), realizados para todos os Planos de Benefícios demonstrou capacidade econômico-financeira para suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos.

## Nota VIII.3

# PREMISSAS ATUARIAIS

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o início do gozo de benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Sistel decorrem de estudo prévio de "aderência", que é realizado anualmente e com base nas experiências obtidas por cada plano.

O quadro abaixo demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do PAMA:

BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS
a) Taxa de Juros: 3,8% a.a., conforme estudos elaborados pela Sistel	a) Mortalidade Geral: AT - 83, segregada por sexo;
b) Taxa de Crescimento Real dos Custos Assistenciais:	b) Entrada em invalidez: Não aplicável;
i) HCCTR: 3,57% a.a., extraída da base de dados da Sistel;	
ii) Aging Factor: foram adotados custos médios crescentes por faixa etária até a faixa etária de 59 anos ou mais. A partir de 59 anos foi adotado um percentual de crescimento real de 2% a.a., até que o beneficiário complete 84 anos de idade;	
c) Taxa de inflação a longo prazo de 4,5% a.a.;	
d) Fator de capacidade das contribuições e despesas não assistenciais: 0,9784 (taxa de juros de 3,8% a.a. e inflação de 4,5% a.a.);	
e) Fator de capacidade de despesas assistenciais: 0,9617 (taxa de juros de 3,8% a.a., crescimento real das despesas 3,57% a.a. e inflação de 4,5% a.a.)	c) Mortalidade de Inválidos: AT - 83, segregada por sexo.
f) Taxa de rotatividade: nula	

## Nota VIII.4

# PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária.

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões Matemáticas	3.563.899	3.084.979	15,52
Benefícios Concedidos	3.563.899	3.084.979	15,52
Benefício Definido	3.563.899	3.084.979	15,52

Os cálculos das provisões matemáticas envolvem eventos ocorridos e não pagos e eventos a ocorrer, conforme detalhado abaixo:

**Provisão de Benefícios Concedidos** – eventos ocorridos e não pagos: eventos ocorridos referem-se àqueles procedimentos que já foram realizados pelos beneficiários, mas ainda não foram pagos pela Sistel.

**Provisão de Benefícios Concedidos** – eventos a ocorrer – referem-se àqueles procedimentos que ainda serão realizados pelos beneficiários, ao longo dos anos, até que o último beneficiário venha a óbito. Para cálculo desta provisão, são necessárias projeções de despesas e receitas e resultados dos planos PAMA.

### Nota VIII.5

## FUNDOS ASSISTENCIAIS

No encerramento do exercício de 2015, o plano apresentava um fundo de assistência médica no montante de R\$ R\$ 162.926. Porém, no ano de 2016, os recursos deste fundo foram todos exauridos. Ele existia em face da cobertura de despesas médicas inerentes à massa do plano. Com o processo de equacionamento ocorrido em 2015, as estimativas de custos e crescimento das despesas médicas passaram a ser calculadas atuarialmente.

### Nota VIII.6

## EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais plano nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Contingencial assistencial</b>	<b>62.736</b>	<b>57.398</b>
INSS	6.708	6.675
PIS e COFINS - RET	24.869	23.846
PIS e COFINS - lei 9.718	3.574	3.584
PAMA - Decorrente de depósitos	-	5.009
PIS e COFINS 2009 - auto de infração	14.200	12.455
PAMA - Operadoras Assistencial	553	-
PAMA - Demandas Judiciais	12.832	5.829
<b>Investimentos</b>	<b>3.219</b>	<b>3.104</b>
Imposto de renda	3.197	3.084
Outros	22	19
<b>TOTAIS</b>	<b>65.955</b>	<b>60.502</b>

O plano possui a estimativa para ações classificadas como probabilidade de perda possíveis no montante de R\$ 3.209.

No encerramento do exercício de 2016, a Entidade realizou a revisão de todos os critérios de provisionamento dos planos de benefícios. Abaixo estão descritas as principais contingências demonstradas no quadro contingencial:

**INSS** - constituída em 2004, refere-se ao ressarcimento de contribuição do INSS, recolhida pelos prestadores de serviços médicos que trata a Lei 84/1996 e 8.879/199, contribuição esta que se encontra "sub-judice", e refere-se ao período de maio de 1996 a novembro de 2003.

**PIS/COFINS RET-** referem-se aos valores questionados pela Receita Federal do Brasil da base de cálculo de janeiro de 1995 a março de 2001. A provisão contabilizada corresponde a 100% dos valores calculados pela Receita Federal do Brasil.

**PIS/COFINS Lei 9.718** - constituída em face da inconstitucionalidade da Lei 9.718 julgada pelo Supremo Tribunal Federal ano de 2005. Visando o não pagamento destes tributos, no ano de 2007, a Sistel ingressou com mandato de segurança perante a 2º Vara Federal do Distrito Federal. Logo após, em 2008 foi protocolada sentença desfavorável à Sistel que entrou com recurso de apelação diante do TRF da 1ª Região que ainda aguarda julgamento. Os valores calculados desde então passaram a ser pagos judicialmente até dezembro/2014.

**PIS/COFINS - Auto de Infração** - tratam-se de dois autos de infração correspondentes a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos créditos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício.

**PAMA - Decorrente de depósitos** - constituída para suportar o risco identificado nas ações que não foram consideradas inicialmente com o risco de perda possível, mas em razão da necessidade de realização de depósito judicial esta avaliação foi alterada para provável. Os valores provisionados correspondem aos valores depositados.

**PAMA - Demandas Judiciais** - constituída para suportar os processos judiciais ativos envolvendo o PAMA ou o PAMA-PCE, os quais são classificados em 27 objetos principais, cuja a avaliação da probabilidade de perda é realizada conforme pedidos formulados pelos autores nas demandas.

**PAMA Operadoras** - constituída em face de ações judiciais movidas contra a Bradesco Saúde, operadora contratada pela Sistel para operacionalização do PAMA, em que a Sistel não figura como parte, mas que assume os custos de condenação. Tais demandas, devido ao risco para a Fundação, foram inseridas no Sistema de Acompanhamento Processual, e tiveram avaliação de risco, com imputação de provisão contingencial para os casos de risco provável de perda.

**Imposto de Renda** - trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda. Devido necessidade de realização de depósito judicial a avaliação da probabilidade de perda é provável, razão pela qual os valores provisionados correspondem aos valores depositados.

**Outros** - tratam-se de ações judiciais pertinentes à administração da carteira de investimentos.





### **Nota VIII.7**

## **COBERTURA/REEMBOLSO DA GESTÃO ASSISTENCIAL**

O valor transferido do PAMA para o PGA destinado ao custeio das atividades assistenciais da Entidade, no exercício de 2016, foi de R\$ 13.696 (R\$ 10.952 em 2015).

## IX. PGA

### *PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA*



## Nota IX.1

# FORMAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO

A contabilização das despesas administrativas da Entidade é realizada exclusivamente no Plano de Gestão Administrativa (PGA), em que, por meio de apontamentos específicos elaborados pelas unidades administrativas ou pelos centros de custos, é efetuado o registro, e, posteriormente, ao final de cada fechamento contábil, o valor é atribuído a cada Plano de Benefícios para que tais despesas sejam, então, retiradas do fundo administrativo do Plano correspondente.

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
(+) Receitas	25.281	21.697	16,52
(-) Despesas	(52.935)	(51.036)	3,72
(+/-) (Const.)/Reversão de Contingências	(94)	73	-
(+/-) Resultado Líq. dos Investimentos	98.494	93.009	5,90
(+/-) Sobra / Insuf. Gestão Administrativa	<b>70.746</b>	<b>63.743</b>	<b>10,99</b>

Abaixo estão elencados os principais fatos que contribuíram para formação do resultado do plano no exercício:

- O plano atingiu uma rentabilidade bruta de 14,74% no exercício de 2016 (15,01% em 2015);
- As receitas administrativas totais (incluindo investimentos) aumentaram em 7,90% em relação ao exercício anterior (R\$ 123.775 - 2016 x R\$ 114.706 - 2015);
- O reembolso da gestão assistencial foi 15,04% maior em relação ao exercício anterior (R\$ 11.752 - 2016 x R\$ 10.216 - 2015);
- As despesas administrativas totais apresentaram um aumento de 3,72% (R\$ 52.935 - 2016 x R\$ 51.036 - 2015);
- O resultado do plano foi maior em 10,14% que no ano de 2015 (R\$ 70.207 - 2016 x R\$ 63.743 - 2015).

## INVESTIMENTOS

### IX.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>699.692</b>	<b>643.358</b>
RENDA FIXA (i)	699.279	643.358
MULTIMERCADO (ii)	413	-
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>51.384</b>	<b>41.694</b>
ALUGUÉIS E RENDA (iii)	51.384	41.694
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>751.076</b>	<b>685.052</b>

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas descrita

(i) O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa decorreu da boa performance dos ativos da carteira, em conformidade com o previsto na política de investimentos do plano.

(ii) A constituição da posição em Fundo de Investimento Multimercado decorreu de reclassificação de fundos de Renda Fixa.

(iii) A valorização do investimento imobiliário ocorreu em função de reavaliação do ativo, conforme determinação da Resolução CVM nº 3.792 de 2009.

### IX.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

- **“Títulos mantidos até o vencimento”**, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e/ou taxas de juros até a data do balanço. No custo de aquisição, está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados, de acordo com cada critério, pelo Bradesco S.A., agente custodiante da Sistel e responsável, também, pela precificação de ativos de acordo com suas características.
- **“Títulos para negociação”**, onde os ativos são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

A Administração não reclassificou nenhum título entre as categorias “Títulos mantidos até o vencimento” e “Títulos para negociação” durante o exercício de 2016. O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

NATUREZA/TIPO	VENCIMENTO	2016			2015		
		QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Fundos de Investimento	-	494.537.275	565.146	699.692	522.690.529	582.065	643.358
Renda Fixa	-	494.537.275	565.146	699.692	522.690.529	582.065	643.358

O estudo de ALM (Asset Liability Management), realizados para todos os Planos de Benefícios demonstrou capacidade econômico-financeira para suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos.

## Nota IX.3

# CRITÉRIOS DE RATEIO

### IX 3.1 Apuração do Rateio

O critério de rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, considera as despesas administrativas comuns de acordo com o apontamento das áreas operacionais da Sistel em que apontam percentual de dedicação às Gestões Previdencial, do Fundo PAMA e aos Investimentos. Com base nessas informações as despesas comuns de cada área são atribuídas às gestões e aos investimentos, sendo que para a Gestão Previdencial, os valores a serem contabilizados para cada plano de benefícios são calculados em função do número de participantes e assistidos de cada um deles em relação ao total dos participantes e assistidos de todos os planos, para a Gestão do Fundo PAMA, não há necessidade de rateio pois é o único plano dessa categoria. Já para o rateio das despesas administrativas apontadas como relativas aos Investimentos o rateio leva em consideração os Recursos Garantidores (Recursos Garantidores = Disponível + Realizável de Investimentos - Exigível de Investimentos - Exigível Contingencial de Investimentos) de cada plano em relação ao total de todos os planos.

### IX. 3.2 Apuração das Despesas Comuns e Específicas

Para controle e cálculo das despesas administrativas atribuídas a cada plano de benefícios, a Entidade utiliza um sistema extra contábil. O cálculo e a distribuição dessas despesas consideram também suas naturezas as dividindo em: Comuns e Específicas. As despesas administrativas comuns são aquelas relacionadas a dois ou mais planos de benefícios, necessitando de um rateio para a atribuição do valor de responsabilidade de cada um dos planos envolvidos, enquanto as despesas administrativas específicas são exclusivas de um determinado plano de benefício, dispensando qualquer forma de rateio.

## Nota IX.4

# PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Sistel adota um controle individualizado dos fundos administrativos contabilizados no PGA por plano de benefícios. Portanto, os Fundos de Garantia do Custeio Administrativo constituídos para cada plano representam o resultado da diferença entre os valores aportados de custeio administrativo previdencial adicionado dos rendimentos de aplicação dos recursos do fundo administrativo e deduzido das despesas administrativas apropriadas a cada Plano de Benefício.

Conforme determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e posteriores alterações, ao final de cada mês, a Sistel registra, na contabilidade de cada Plano de Benefício Previdencial, sua participação no fundo administrativo registrado no PGA, utilizando as contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo. Essa contabilização está evidenciada nos balancetes dos Planos de Benefícios.

O quadro abaixo demonstra a participação de cada plano no Fundo Administrativo da Entidade:

NOME DO PLANO	2016	2015
PBS-A- Plano Benefício Sistel Assistidos	578.255	528.834
PBS - Telebras	44.053	38.847
PBS - CPQD	1.179	1.073
PBS - Sistel	522	484
PBS - Tele Norte Celular (*)	-	379
CPqD Prev	39.983	35.673
CelPrev Amazônia (*)	-	205
TelebrasPrev	95.286	83.943
InovaPrev	8.870	8.502
<b>TOTAL DA PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS NO PGA</b>	<b>768.148</b>	<b>697.940</b>

(\*) Planos Transferidos para Fundação Atlântico

## Nota IX.5

# ATIVO PERMANENTE

O ativo imobilizado e intangível da Entidade é registrado pelo custo de aquisição e ajustado pela depreciação/amortização acumulada no período. O cálculo é realizado em função da vida útil do bem com expectativa de utilização do respectivo ativo e o método de depreciação é calculado pelo método linear. O quadro abaixo demonstra as principais movimentações ocorridas no exercício de 2016:

DESCRIÇÃO	MOVIMENTAÇÕES APRESENTADAS NO PERÍODO DE 2016					
	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	AQUISIÇÕES	DEPRECIÇÃO AMORTIZAÇÃO	REAVALIAÇÃO	BAIXAS	SALDO ATUAL
Máquinas e Equipamentos	490	-	(118)	-	-	372
Móveis e Utensílios	19	3	(6)	-	-	16
Veículos	188	290	(86)	-	-	392
Hardware em Geral	718	204	(326)	-	-	596
Imobilizado em Andamento	1.211	-	-	-	(1.211)	-
Terrenos	3.628	-	-	2.393	-	6.021
Construções (*)	5.393	1.211	(252)	224	-	6.576
Intangível	40	-	(9)	-	-	31
<b>TOTAL</b>	<b>11.687</b>	<b>1.708</b>	<b>(797)</b>	<b>2.617</b>	<b>(1.211)</b>	<b>14.004</b>

\*) O imobilizado em andamento foi incorporado às construções

## Nota IX.6

# EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais do plano nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO	2016	2015
PIS e COFINS RET	3.709	3.566
Reclamações Trabalhistas	25	22
Seguros de vida	-	51
PIS COFINS- Lei nº 9.718	35.171	35.262
<b>TOTAIS</b>	<b>38.905</b>	<b>38.901</b>

**PIS/COFINS RET**- referem-se aos valores questionados pela Receita Federal do Brasil da base de cálculo de janeiro de 1995 a março de 2001. A provisão contabilizada corresponde a 100% dos valores calculados pela Receita Federal do Brasil.

**Reclamações Trabalhistas** - referem-se à constituição de provisão motivada por ações trabalhistas na qual a Entidade é parte reclamada.

**PIS/COFINS Lei 9.718** - constituída em face da inconstitucionalidade da Lei 9.718 julgada pelo Supremo Tribunal Federal ano de 2005. Visando o não pagamento destes tributos, no ano de 2007 a Sistel ingressou com mandato de segurança perante a 2º Vara Federal do Distrito Federal. Logo após, em 2008 foi protocolada sentença desfavorável à Sistel que entrou com recurso de apelação diante do TRF da 1ª Região que ainda aguarda julgamento. Os valores calculados desde então passaram a ser pagos judicialmente até dezembro/2014.

## Nota IX.7

# SERVIÇOS DE TERCEIROS

De forma a possibilitar uma avaliação qualitativa e comparativa dos gastos administrativos da Entidade, estão demonstrados abaixo os valores dos gastos com serviços de terceiros nos exercícios de 2016 e 2015:

DESCRIÇÃO DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	2016	2015
Consultoria Atuarial - Pessoa Jurídica	1.572	1.482
Consultoria Jurídica - Pessoa Jurídica	2.507	2.980
Consultoria de Investimentos - Pessoa Jurídica	162	109
Honorários técnicos - RH Pessoa Jurídica	442	392
Mão de Obra Terceirizada Temporária	538	477
Manutenção de Hardwares e Softwares	4.287	4.330
Informações Eletrônicas	96	92
Gestão do Planejamento Estratégico	152	316
Auditoria Contábil	245	250
Serviços de Tele atendimento	1.182	2.329
Consultoria com Comunicação	665	743
<b>TOTAL</b>	<b>11.848</b>	<b>13.500</b>

As despesas com serviços de terceiros apresentaram uma redução no montante de R\$ 1.651 (12,23%), em relação ao ano de 2015.

## Nota IX.8

# PESSOAL E ENCARGOS

O quadro abaixo demonstra a abertura da rubrica de Pessoal, Encargos e Benefícios comparativa com o exercício anterior:

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>28.450</b>	<b>24.964</b>
Remuneração e Encargos de Conselheiros	2.828	2.385
Remuneração, Encargos e Benefícios dos Administradores	4.067	2.931
Remuneração, Encargos e Benefícios de Colaboradores	21.418	19.535
Remuneração e Benefícios dos Estagiários	137	113

### A Administração

#### CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA

Diretor-Presidente  
CPF: 039.464.818-84

#### EDGAR ALMEIDA SANTOS

Contador CRC/DF 6.881  
CPF: 360.921.696-49





0800 602 1801



sistel.com.br



/fundacaosistel



Aplicativo Sistel